



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 161

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2016

ANO V



### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA ..... Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS ..... 3366

### TAQUIGRAFIA

#### 40ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O AUMENTO DAS COTAS DAS BARRAGENS DA USINA DE SANTO ANTÔNIO (PLC Nº 102/16)

Em 14 de setembro de 2016

#### Presidência dos Srs.

JESUÍNO BOABAID - Presidente  
HERMÍNIO COELHO - 2º Vice-Presidente

(Às 15 horas e 12 minutos é aberta a Sessão)

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhores Deputados Estaduais Maurão de Carvalho, Jesuíno Boabaid e demais Parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Permanente destinada a viabilizar soluções aos desabrigados das enchentes do Rio Madeira, realizam Audiência Pública, objetivando discutir sobre o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o aumento das cotas das barragens da Usina de Santo Antônio. Convidamos para compor à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; o Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário de Estado Adjunto da SEDAM; Capitão Bombeiro, Arthur Luiz Santos, Diretor da Defesa Civil Estadual; Dr. Anderson Bauers, Pre-

sidente da Comissão de Meio Ambiente, representando a OAB; Sr. Guilherme Abad, Gerente de Sustentabilidade da Santo Antônio Energia; Dr. Clayton Kussler, Advogado da Santo Antônio Energia; declinou de compor à Mesa e o Senhor João Marcos Dutra, Coordenador do MAB. Vamos registrar a presença do Senhor Welson Correia, Engenheiro da Santo Antônio Energia; José Carlos, jornalista da Santo Antônio; Senhor Sérgio Carlos dos Santos Júnior, Analista de Saneamento, Biólogo, representando a CAERD; Senhor José Carlos Gadelha, Coordenador de Habitação, representante da SEAS; Senhores Moradores da Comunidade Vila Paulo Leal; Valdomiro Barros, representante do INCRA; Senhoras, Senhores moradores do Assentamento Joana D'Arc; Pastor Joel Binos, de Jaci-Paraná. Também já inscritos aqui para; Geraldo Lima, representante da Comunidade Paulo Leal; Pedro Simone de Oliveira, empresário do Distrito de Jaci-Paraná, também inscrito; Salmeron Nogueira, morador da Linha 5, Joana D'Arca, também já inscrito. Essas pessoas nominadas, por gentileza e por determinação do Deputado, podem sentar aqui no plenário da Assembleia. E por determinação também de Sua Excelência o senhor Deputado Jesuíno Boabaid, vamos ler o Memorando 188 do Deputado Dr. Neidson: "Ao tempo em que cumprimos Vossa Senhoria, vimos informar junto a este Departamento de Cerimonial, que o Deputado Dr. Neidson de Barros Soares, não poderá participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 14/09 no Plenário das Deliberações, de autoria da Frente Parlamentar Enchente do Rio Madeira, pois estará cumprindo sua agenda em Guajará-Mirim. Desde já agradecemos a compreensão". E também do Gerente Regional da Eletrobras/Eletronorte, Robson Percy Holder, que em função de compromissos assumidos anteriormente não pode comparecer. E para a abertura oficial constitucional, com a palavra Sua Excelência, o Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**O SR. JESUÍNO BOABAID - (Presidente)** - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir e analisar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 102/16, que dispõe sobre o aumento das cotas das barragens da Usina de

#### MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO  
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS  
2º Vice-Presidente: HERMÍNIO COELHO

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO  
2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES  
3º Secretário: ALEX REDANO  
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - Carlos Alberto Martins Manweiler  
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Santo Antônio. Quero cumprimentar todos os presentes da Mesa; a todas as pessoas que se encontram no recinto, convidá-los também, que quem quiser adentrar a parte interna das galerias, estão convidados, podem colocar inclusive faixas se for necessário, aquilo que eu peço dentro do campo democrático, todos terão direito de se manifestar, ao qual irei estipular o prazo de cinco minutos para cada um, poder falar e expor as problemáticas. Eu tenho o processo, cópia do processo e são vários documentos referente à questão do Projeto de Lei, a Mensagem 128, de 27 de junho de 2016; que tem como relatoria o Deputado Adelino Follador. Esse processo trata-se, esse Projeto de Lei Complementar, ele tem na sua ementa: altera dispositivo da Lei Complementar, não, está errado aqui, desculpa. Eu acho que é isso mesmo, altera, vamos fazer um rasurado. O resumo desta questão é que vai alterar a questão dos limites de proteção das áreas de proteção ambiental, dispõe sobre a sede Três Irmãos Proteção Ambiental do Rio Madeira, Floresta Estadual de Rendimentos sustentado do Rio Vermelho C, Reserva Extrativista de Jaci-Paraná a qual Santo Antônio solicitou à SEDAM para que as devidas alterações possam gerar no caso a elevação da Cota para a geração de energia de mais seis turbinas. O total de turbinas era um total de 44 e após estudos que foram feitos e um documento proposto aí acredito que foi algum acordo entre a União, eles tentam agora aumentar as cotas para seis turbinas com a justificativa de que essa energia será para o Estado de Rondônia e Acre. Eu vou hoje, eu vou ouvi-los e vou levar cópia das devidas informações que forem acordadas nesta reunião de hoje para os demais deputados. Eu quero fazer uma crítica neste exato momento aos órgãos Ministério Público Federal, estadual, eu não sei se encontram presentes, se não estiver estão errados, para amanhã ou depois estar falando na mídia ou pedindo recomendações, falando que o Parlamento está agindo de forma errônea ou algo assim. Então se não estiverem os membros do Ministério Público está errado. É para estar aqui presente. Era para estarem aqui hoje discutindo conosco, ouvindo tendo o seu posicionamento. Então eu quero saber se foram notificados o Ministério Público informados quanto essa reunião de hoje, para que eu possa também manifestar de forma mais precisa, porque era para estar presente aqui a Doutora Gisele e a Doutora Aídee, representando o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Mas vamos tocar a Audiência Pública.

Eu vou passar a palavra ao senhor João Marcos Dutra, Coordenador do MAB, para que o senhor possa manifestar. Tem aí o prazo de cinco minutos. Ou o senhor pode usar a Tribuna ou o microfone.

**O SR. JOÃO MARCOS DUTRA** – Boa tarde a todos. Sem muitos cumprimentos queria cumprimentar a todos que estão aqui para que eu possa aproveitar o tempo da fala.

Quero iniciar comentando sobre o Projeto de Lei Complementar que nos traz aqui no dia de hoje, esclarecendo inclusive para a Comunidade que está na Plenária do que se trata, porque em diversos momentos a população de Porto Velho acreditava que esta Casa teria o poder de autorizar o aumento de Cota da hidrelétrica, que esta Audiência seria para discutir se pode ou não ter um aumento de Cota. E não é sobre isso que se trata. O órgão que tem a atribuição pela Lei de fazer um Licenciamento Ambiental Federal é o IBAMA. O que está sendo

discutido aqui hoje é caso o IBAMA autorize, porque não está autorizado, terá um impacto em Unidades de Conservação Estadual que precisarão serem desafetadas por esta Casa de Leis para que não tenha o alagamento das matas como ocorre em outros lugares onde a Santo Antônio não fez a supressão vegetal. Então, eu acho que não cabe discutir hoje se vai ou não ser afetada a Unidades de Conservação Estadual por um projeto que ainda não foi aprovado, e que tem muitas, muitas coisas a serem esclarecidas. Não só sobre o projeto que eles estão apresentando, mas principalmente pelo projeto que já está aí colocado no rio Madeira. O Licenciamento Ambiental Federal ele não é um mero detalhe no empreendimento, ele é uma ferramenta importantíssima para garantir os direitos fundamentais da Constituição Federal que rege esse país. E, pelo Licenciamento Ambiental Federal a Santo Antônio hoje, ao arrepio da Lei vem violando uma série de obrigações do Licenciamento Ambiental Federal, uma série de programas do plano básico ambiental não vem sendo cumpridos e eles são também condicionantes da Licença de Operação. Como o programa de remanejamento da população atingida, o Programa de Apoio a Atividade Pesqueira, Programa de Comunicação Social, Programa de Monitoramento do Lençol Freático, programa de Monitoramento da Hidrossedimentologia, todos esses programas conforme ações do Ministério Público, uma série. Uma coleção de ações hoje está pendente na Justiça Federal discutindo a abrangência desses impactos. Porque hoje o IBAMA não é capaz de colocar qual é a abrangência desses impactos, tem uma série de relatórios de vistoria que dizem que tem impactos gravíssimos às populações atingidas como a elevação do lençol freático em Jaci-Paraná que desde 2014 o IBAMA diz que a água está contaminada e que ações emergenciais tem que ser tomadas para garantir a saúde daquelas pessoas, até hoje o IBAMA não consegue dizer quantas famílias são afetadas pela contaminação do lençol freático, quantas propriedades estão encharcadas, quantas famílias tem que ser realocadas. O IBAMA é incapaz hoje com a estrutura que tem e que tende a ficar cada vez pior de acompanhar atual licenciamento, ele não consegue diagnosticar os impactos, muito menos encaminhar as medidas necessárias, se ele é incapaz hoje de lidar com o empreendimento atual como ele tem a coragem de querer ampliar esses problemas? Problemas que hoje ele não dá conta de resolver. Sendo que essa ampliação não é um simples ajuste numa máquina, não estão se construindo aqui uma casa de bonecas, é uma das maiores hidrelétricas do país. Uma turbina da Santo Antônio tem 70 megawatts, é uma das maiores turbinas do mundo, 06 turbinas é como construir uma nova hidrelétrica dentro da hidrelétrica atual, não é um simples ajuste, e o pior ainda é você fazer isso sem que a empresa esteja atendendo as condicionantes da Agência Nacional de Águas que determinou a realocação do povo atingido de Jaci-Paraná da área de risco ao redor do reservatório. Até hoje não foi apresentado pela Santo Antônio a lista de famílias que serão realocadas dessa área de risco e mesmo assim eles querem fazer ampliação do lago, ampliação da hidrelétrica sem ter apresentado para a Agência Nacional de Energia Elétrica o plano de segurança de barragens que é uma exigência de uma lei federal para que não aconteça em Porto Velho o que aconteceu em Mariana, porque se a gente for se pautar no PBCA apresentado pela

Santo Antônio a gente vai ter um desastre. Eles dizem que 400 e poucas famílias serão atingidas com o aumento do reservatório, só hoje no Joana D'Arc que tem mais de mil lotes foi definido pela Justiça Estadual que todos sejam remanejados pelos impactos atuais da hidrelétrica, então como vocês apresentam um projeto que terá um número de atingidos no futuro menor do que o número de atingidos que já tem hoje? Isso por verificação do IBAMA e por decisão da Justiça Estadual. Vocês têm conhecimento do deferimento da Justiça Estadual que o Joana D'Arc I, II e III tem que ser realocado, se vocês têm conhecimento disso, de que mais de mil famílias são atingidas pelo empreendimento hoje, como vocês apresentam um projeto que com o aumento do lago no futuro somente 400 e poucas famílias serão atingidas? E queria também chamar a atenção aqui da Casa que a gente tem que considerar que a instalação das turbinas sem saber que o licenciamento ambiental federal vai ser aprovado ou não é uma afronta ao poder público, é uma afronta ao Estado de direito. Ir na televisão e dizer que as turbinas iam começar a funcionar em agosto, quer dizer que a Santo Antônio tem mais autoridade que o IBAMA? Porque se não teve o ato administrativo ainda do órgão que tem atribuição para fazer isso, vocês dizendo que o órgão faz isso, isso é comunicação criminosa. E agora na televisão está novamente sendo anunciado que as turbinas entrarão em funcionamento em dezembro, então eu pergunto aqui para vocês. A partir de que documento oficial vocês estão autorizados a colocar as turbinas em funcionamento em dezembro? Essa empresa é uma empresa irresponsável não só no tratamento com as famílias, mas na comunicação social que ela faz com a sociedade, ela não age de maneira honesta, por isso que de ano pós ano o número oficial de atingidos no programa de remanejamento aumentou, teve variação de mais de duas mil famílias no programa de remanejamento da população atingida, sem contar as mais de três mil em Jaci-Paraná hoje que eles não reconhecem como afetados. Queria finalizar só descartando a mentira deslavada da Santo Antônio de que essa energia será gerada para o Acre e para Rondônia, isso demonstra que eles acham que a população é ignorante, que a população é burra, aqui ninguém é burro, a gente sabe como funciona a política energética nacional. O Sistema Elétrico Nacional é dividido em três setores: geração, distribuição e produção. Hoje o Brasil está negociando com a Argentina a importação de energia elétrica porque com a crise econômica e o desaquecimento das atividades hoje tem energia para ser importada, o problema da distribuição de energia em Rondônia é a tarifa e as distribuidoras porque a energia não chega onde tem que chegar. O povo da população de Samuel que foi atingido está até hoje na beira do lado, as redes de distribuição são uma porcaria, toda chuva Porto Velho fica sem energia, isso não é um problema de geração. Toda energia gerada por Santo Antônio é destinada ao Sistema Interligado Nacional e ela é vendida em duas modalidades de leilão, do modelo cativo e o modelo livre, e quem regula esse leilão é a Agência Nacional de Energia Elétrica, ela define para onde vai a destinação da energia por meio de leilões que é dividido em cotas, então a energia é distribuída pelo país a partir do consumo. A Santo Antônio não pode dizer para onde vai ou onde fica a energia, portanto isso é mentira.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Com a permissão de sua Excelência, Deputado Jesuino Boabaid; queremos registrar e apresentar para as senhoras e senhores, uma modificação na composição da Mesa. Chegou a Sua Excelência, a senhora Aídee Maria Moser, Promotora de Justiça do Ministério Público e o Coronel PM, Sílvio Luiz Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Militar. Queremos registrar aqui e já está inscrito, para fazer uso da palavra, o senhor Carlos Alberto Jesuíno, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaci-Paraná; a senhora Fabiane Passarini, Assistente Social da SEAS; e senhoras e senhores moradores do Distrito de Jaci-Paraná, sejam todos bem-vindos à Assembleia.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** - Eu queria agora, neste exato momento, agradecer a presença da Dra. Aídee, da qual falei para ela, já estava tecendo um comentário, uma crítica, mas ela me explicou a questão do... Ela está com várias demandas lá do MP e vai ficar um certo tempo, porque tem o recurso. Então, eu quero agradecer a senhora pela sua presença e registrar ainda a ausência do Ministério Público Federal. Vou fazer aqui uma... Porque o que interessa para nós é ouvir a comunidade. Depois eu passo a palavra a Santo Antônio, e aos demais representantes da Mesa aqui.

Vou passar aqui para o Pedro Simone de Oliveira, para fazer uso da sua palavra. Pedro Simone de Oliveira.

**O SR. PEDRO SIMONE DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos, boa tarde Excelência, comunidade presente. É com muita satisfação que hoje, estou aqui presente aqui nesta Audiência Pública. Eu queria deixar aqui uma palavrinha simples, mas nós estamos ali como empresário em Jaci-Paraná, residente ali já há mais de dez anos, fazendo parte daquela comunidade ali, trabalhando duramente ali para o progresso daquela comunidade. Acontece Excelências e autoridades, e também representantes da Santo Antônio Energia. Acontece que com o desenvolvimento da Santo Antônio Energia, o alagamento das águas que atingiram ali a nossa cidade em cheio, o que acontece? Foi tirando os moradores, e os empresários ficaram realmente ali imprensados, os nossos prédios desvalorizados, o nosso comércio atingido em cheio. Eu queria só uma resposta Excelência e também das autoridades aqui presentes da Santo Antônio e das autoridades presentes. Como é que vai ficar ali a nossa situação em Jaci-Paraná. São palavras poucas, mas eu queria uma resposta nesse sentido. Agradeço a todos. Muito obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É eu vou passar a palavra... É porque tem vários representantes do Joana D'Arc, tem da comunidade de Paulo Leal e também um comerciante de Jaci-Paraná. O senhor é de Jaci-Paraná, não é? Eu vou respeitar a questão, como já falou o Jaci-Paraná, eu vou passar agora para o morador de Joana D'Arc, é o Salmeron Nogueira.

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** – Boa tarde a todos. Eu sou morador do Joana D'Arc desde 2002. Até uns dois anos atrás, eu diretamente não me sentia atingido pela Santo Antônio. Só que de dois anos para cá eu venho notando, o Joana D'Arc



antes não era resumido em chácaras, sítios e fazendas e, sim, era resumido em lares. Então você tinha famílias felizes, com todas as dificuldades eram felizes, era reunido todo mundo. E hoje o Joana D'Arc chegou a uma situação, que lá continua existindo sítios, chácaras, terras, fazenda e sítios, mas lar não existe mais dentro do Joana D'Arc. O que a gente nota, é que cada dia que passa é pior. Eu vou falar, por exemplo, hoje o ano letivo já é atrasado porque já saíram muitos moradores, então pela demanda de alunos estar pouco, então a própria autoridade vai ficando mais..., fazendo descaso. A Santo Antônio Energia, tudo que liga a ela, nunca tem certeza de nada. Ai, como morador de lá, a minha preocupação, que eu sei é que cada dia só estar pior. A gente tem dificuldade para tudo, por exemplo: antes não tinha esse tanto, que a gente discute muito, que é carapanã. - Ah não, lá todo mundo tinha tranquilidade, todo mundo dormia bem, saía era uma comunidade. E hoje pode fazer uma pesquisa com todos os moradores, lá não tem mais clima de comunidade. Lá, se você chegar, por exemplo, eu estou vendo que daqui a alguns dias a Santo Antônio vai começar a ser hostilizada lá, apesar de que todos somos pessoas de bem, porque está todo mundo revoltado, porque o que a Santo Antônio tem feito lá, eu acho que é o mais grave. Ah, é aumento de cota, tudo bem. Só que eu acho que para eles quererem aumentar alguma coisa, eles têm que resolver o que já existe, o que é existente lá dentro do Joana D'Arc. Então, para vocês terem uma noção, eu posso falar, se a Santo Antônio provar para mim que de 2002, o que ela melhorou lá dentro para nós, na comunidade, eu fico calado. Porque, que eu saiba, estrada boa a gente tinha. O colégio ainda é o mesmo. Se ela fez alguma coisa para o governo, o governo repassou para outros lugares, não é meu mérito. O que eu sei é que nós somos os mais atingidos lá, diretamente, e é o que mais está sofrendo. E a Santo Antônio só faz descaso. Então, por isso que eu quero, eu peço para as autoridades, para cada um olhar para ele, saber a diferença do que é existir uma casa e o que é ser um lar. E o que a Santo Antônio tem feito lá é acabar com os lares das pessoas. Eu vou ser franco, pela minha casa, faz muito tempo que eu não arrumo funcionário com famílias e filhos, porque eles não querem que o filho deles comece o ano letivo em março. Eles não querem ver as crianças todas chupadas de mosquito. Então eu estou tendo dificuldade, não consigo. A minha família, que vai lá, antes ela ia uma vez por semana. Hoje vai a cada dois meses e vai por obrigação. Deixou de ir por gosto. Então é isso que eu quero, eu quero que as pessoas, antes dessa cota 80, olhe o que já existe, porque já acabou. Se a gente parar hoje de andar dentro do Joana D'Arc, as autoridades fazerem assim, um conhecimento de causa de moradores por moradores, eles vão ver que acabou, ninguém tem mais aquele sentimento de ir lá. Ninguém tem mais uma vizinhança. Nós somos reféns. Eu falo, eu acho que eu tenho mais liberdade aqui, onde eu moro, num apartamento do que lá, porque lá, escureceu, ninguém mais vai ao vizinho. Escureceu, ninguém fica na sala. Então é isso que eu acho que as pessoas têm que se preocupar, é o bem-estar que tem que ter dentro do Joana D'Arc, não existe. Porque eu acho que qual quer um de vocês, quando ligar sítio, fazenda, chácara, todos ligam isso a o quê? A uma vida tranquila, uma vida de paz, todo mundo liga isso ao bem-estar. Isso é o que todo mundo vê. Só que isso deixou de existir. Então, a minha preocupação é

isso, se já está ruim com isso, imagina com esse aumento de cota lá dentro. Nós vamos ficar todo mundo ao deus-dará. A minha única preocupação é isso, resolva o problema existente. O Joana D'Arc não tem condições de sobreviver mais do jeito que está. Ninguém consegue fazer negociação lá dentro. Os moradores que estão lá, às vezes, o Incra critica que abandonaram o lote: - Ah, a Santo Antônio faz levantamento porque abandonaram o lote; mas eles não param para analisar que às vezes tem gente que tem escolha. E eu falo, lá dentro do Joana D'Arc, hoje só está ficando lá dentro quem não tem outra escolha. É isso que tem que ter prioridade e preocupar. Só existe gente lá dentro por falta de escolha, porque não tem mais um lar, não existe. Então eu peço para as autoridades, se preocupem com o bem-estar de quem está morando lá dentro, de uma comunidade que deixou de ser. Desde já eu agradeço a todos. Boa tarde.

**O SR. JESUÍNO BAOBALD (Presidente)** – Eu, agora ficou até mais razoável. Falei: será que não tem ninguém interessado nesta causa de Santo Antônio? Mas, vamos fazer a leitura de um documento, que eu achei interessante antes de iniciar os trabalhos, passar a palavra para os demais. Eu tenho um ofício do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, enviado para esta Casa. É o Ofício 02001/2016, reposta ao Ofício da DITEL. Mas foi, quando passou esse Ofício, foi o Deputado Lazinho da Fetagro e por questão de agenda não pôde estar presente. No terceiro item, 3 – Considerações e recomendações finais: em relação de compensação de Santo Antônio, apenas para recursos destinados a PNM de Porto Velho, houve a assinatura do Termo de Compromisso e conforme relatado pelo órgão gestor, execução de compensação, inclusive é informado a existência de saldo remanescente para a qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho requer a aprovação da propositura a ser analisada pelo CCAF em reunião futura. Para as unidades de conservação federais e estaduais contempladas com os recursos, apesar de reiteradas trocas de ofícios, ainda não houve celebração de Termo de Compromisso, muito menos execução de compensação. Isso está aqui, do Ibama. No caso das UCs federais a dificuldade e justificativa pela identificação pela CTNbio, responsável pelas unidades acerca da forma da execução do recurso que ocorreu apenas em dezembro de 2014. Assim, foi estabelecido o prazo para o empreendedor e para o órgão gestor para representação de cópia do Termo de Compromisso firmado, sendo que este prazo ainda está válido. No caso da UCs estaduais de Rondônia, verifica-se que a dificuldade é que por um ato da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, três Unidades de Conservação Contemplar tiveram seus atos de criação invalidados decisão que foi revertida no âmbito judicial.

Ele faz uma série de explanações, mas no entendimento dessa documentação fica claro que Santo Antônio ainda, como foi à fala do senhor Ivan, que mandou o seu representante legal, ele disse que todas as compensações já estavam sanadas, e é uma inverdade conforme traz aqui o documento do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA.

Então, o documento é bem extenso, traz todas as informações, os processos que foram iniciados, que estão sendo tratados com Santo Antônio, nota técnica tudo.

Então, eu já deixo o representante de Santo Antônio que a gente quer entender se esse documento realmente condiz com a realidade, se os fatos narrados aqui são verdadeiros e bem a pergunta do rapaz que antecedeu lá do Joana D'Arc, quais foram às medidas que foram tomadas, compensações tomadas por parte de Santo Antônio naquela comunidade?

Eu posteriormente eu entrarei no Ofício da Pauta dos Atingidos que é o final das discussões, quais serão as medidas tomadas e providências tomadas e os acordos aqui nesta reunião para que possamos chegar alguma deliberação final.

A Audiência Pública no meu entender, não adianta a gente ficar aqui a tarde todinha discutindo, ouvindo e não chegar a nenhuma posição, nenhuma ação, isso para mim é jogar conversa fora, isso aqui para mim é desgaste, por isso que as Audiências que eu sempre propus tem que ter o início, meio e fim, porque se for para deliberar também que não há acordo, esse Projeto já vai, em se tratando da questão das compensações que essa Lei como bem disse o representante da MAB, nós não estamos autorizando aqui as questões de licença, isso aí é por parte dos órgãos federais, IBAMA e outros, o que está sendo discutido nessa Lei Complementar 102, é as compensações dessa elevação da quota para compensar essa elevação da quota no Estado de Rondônia em áreas que se encontram área de proteção ambiental. Mas, eu quero chegar aqui no final dessa reunião com alguma posição, até porque a gente já resolve esse problema, esse processo se for para ser arquivado é arquivado e essa conversa que eles busquem lá à União se for necessária para ter a devida autorização para aumento dessas 06 turbinas.

Vou passar a palavra a Dra. Aídee, eu acho interessante, Dra. Aídee, a senhora falar agora, depois eu passo para Santo Antônio. Santo Antônio? Então, eu vou passar a palavra para a Santo Antônio se manifestar.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Vamos ver se eu consigo falar. Deputado...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu quero só pedir a todos os presentes que vamos respeitar a fala de todo mundo aqui, depois podem manifestar.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Deputado, a gente havia preparado uma apresentação, a apresentação ela trata do PBCA e brevemente sobre a Lei Complementar 102 e qual é o porquê que a Lei Complementar 102 é necessária ao licenciamento do PBCA, e obviamente, quer dizer, a gente está aqui para prestar os esclarecimentos que estão sendo levantados e o farei um a um sem nenhum problema.

Quanto, o senhor quer que eu faça apresentação primeiro; responda os questionamentos primeiro; qual que é...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Apresentação de quantos minutos demora uma hora ou não?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Não, não.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É rápido?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Pode ser rápido ou pode ser demorado, dependendo do foco que os senhores queiram.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu queria que o senhor fosse rápido até, mas pode apresentar.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Vamos lá.

Bom, eu vou ser breve. A ideia aqui é dá uma ideia geral sobre o que é o PBCA e o porquê da necessidade da desafetação das Unidades de Conservação e aí em seguida eu respondo os questionamentos que já foram feitos.

Esse aqui é o arranjo geral da Usina de como ela está hoje, só para que se tenha uma ideia, a gente já tem o grupo gerador 04 e 05 com a obra civil praticamente prontas a 06 Unidades Geradoras que estão praticamente prontas para gerar, elas estão localizadas aqui nessa área. O que se diz que não se precisou fazer nenhuma alteração de projeto, é porque esta área toda aqui, ela já estava seca para construção da usina e essa área onde as Unidades Geradoras foram construídas, seria concreto, só se mudou de concreto para construção de turbina, quer dizer, se aproveitou uma área que já estava ensecada para construir unidade geradora. Bom, para quem não conhece o arranjo geral da usina, essa aqui é a margem direita do rio onde fica a cidade de Porto Velho, aqui a gente tem o grupo gerador número um, o vertedouro complementar; essa aqui é a antiga Ilha do Presídio, onde fica o Sistema de Transposição de Peixes, esse aqui é o grupo gerador número quatro, o último a entrar em operação, onde estão as unidades geradoras adicionais; esse aqui é o vertedouro principal, grupo gerador número dois e grupo gerador número três. Esse projeto, ele diz respeito a ampliação com 06 novas turbinas, do mesmo tipo das que já compõem a usina, são mais 06 turbinas do tipo bulbo, um investimento adicional em obra da ordem de um, sete milhões; uma potência instalada de 417 mega, isso é sim uma nova usina hidrelétrica, como se fosse a potência instalada de duas Samuel ou três Samuel, na verdade em termos de potência instalada. O investimento socioambiental adicional de trezentos milhões e um aumento de 16,9% do reservatório. Bom, mais números gerais, você tinha uma potência instalada de 3.150, adiciona 417 mega e passa a 3.568 mega. O projeto original tinha 44 turbinas, a gente amplia com mais seis turbinas, passando a 50. O término da obra era previsto para novembro de 2015, a ampliação da usina ela gerou um aumento dessa obra em um ano; então, o término passou a ser para novembro desse ano. A cota de operação passaria de setenta e meio, com aumento de 80 cm para 70.30 e o reservatório de 350km quadrado, aumentaria 71 e meio para 421 km quadrados. Em termos de emprego, a gente teve um pico de 22 mil empregos diretos, eram os trabalhadores da obra e a gente teve manutenção de mais ou menos 4.000 mil empregos por mais um ano em função desse PBCA. E os investimentos, eu já expus anteriormente. Esses são os benefícios, a gente fala em maior confiabilidade, disponibilidade de estabilidade de energia para o sistema e aí sim como o representante do MAB falou, isso aqui se trata de maior estabilidade para sistema Rondônia/Acre, isso vai ficar mais claro mais adiante na apresentação, e de fato, quem compõe

tarifa não é a Santo Antônio Energia e quem faz a distribuição de energia é o operador do nosso sistema elétrico. O que vai se fazer é disponibilizar mais energia para o sistema Acre e Rondônia. E disponibilizar uma linha de transmissão dedicada da Usina de Santo Antônio com 06 máquinas para esse sistema Acre/Rondônia e isso disponibiliza para esse sistema mais 417 megas e disponibiliza mais uma via de ligação de energia para esse sistema. É isso que traz segurança e é isso que traz mais disponibilidade de energia.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vamos permitir a fala, depois, posteriormente eu vou abrir a fala para todo mundo.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Essa disponibilidade de energia, corresponde a 40% da energia de Rondônia e Acre, traz maior estabilidade. E porque que traz maior estabilidade? Lá no diagrama eu posso explicar isso melhor, eu tenho uma via a mais para o Acre e Rondônia; então, se eu tenho qualquer desligamento desse sistema, eu consigo fazer a retomada e tenho uma segurança a mais, quer dizer, eu desliguei pelo sistema interligado nacional, eu consigo retomar o sistema Acre/Rondônia mais rapidamente ou ele nem chega a cair por eu ter essa linha de 230 kv dedicada a esse sistema. Além disso, tem um aumento de arrecadação dos royalties, a arrecadação com as 50 turbinas, ela passa de 103 para 117 milhões por ano, sendo 45% para o Estado, 45% para o município e 10% para União. É importante dizer que esse recurso, ele nem passa pela Santo Antônio Energia, ele é retido pela ANEEL e passado para os caixas do Estado, do município, da União diretamente. E, aí, como eu disse anteriormente a instalação destas seis turbinas não alterou o projeto da barragem, se aproveitou uma área que já estaria ensecada, uma área que já haveria construção de barragem para implantar turbinas adicionais.

Baixo impacto socioambiental adicional, porque a maior parte destes impactos já ocorreram na construção e implantação da hidrelétrica das 44 máquinas e do reservatório original. A discussão e o Licenciamento deste alteamento ele ocorre desde 2011 com o IBAMA. Então isso é algo que já está bastante discutido lá internamente, tecnicamente, e já passou por diversas complementações e estudos. Já tem uma linha de transmissão de 230 kv, como eu disse, essa linha de transmissão já está implantada, licenciada e pronta para ser utilizada. E isso aqui é uma via a mais de acesso do sistema Acre, Rondônia. E essa via de acesso é que traz segurança para evitar desligamento deste sistema e apagões gerais, a gente não está falando de apagões menores, a gente está falando daqueles grandes apagões como os que aconteceram em 2015, que apagam um Estado inteiro a metade de um Estado ou dois estados inteiros. E aí isso aqui eu já disse, que não há comprometimento das estruturas. Houve e é obvio que isso aqui faz parte da avaliação da ANEEL quando se entra com projeto deste tipo. Então as estruturas da Usina estão preparadas para receber essa alteração em 80 centímetros. Bom, isso aqui são as notícias dos apagões mais recentes de 2015. O importante ressaltar que ontem houve um apagão grande no Estado do Acre, gerado por uma perturbação desta linha de transmissão de 230 kv, que poderia ser evitado já com a instalação destas turbinas. Então isso aqui é uma série de notícias com esses

seguidos apagões, a própria bancada dos dois Estados Acre e Rondônia teve uma atuação bastante grande nesta ocasião, pediu uma solução para o Ministério das Minas e Energia, a FIERO atuou, os Senadores atuaram. Essa fala aqui do Senador ela está aqui destacada porque ela teve um embasamento grande do operador nacional do sistema elétrico e o operador nacional do sistema elétrico na ocasião respondeu ao Senador que este era um problema de Segurança de transmissão. E, aí, mais uma vez eu volto a dizer que essa linha de 230 kv, ela vem auxiliar essa segurança de transmissão. E aí o Ministério das Minas e Energia reunido apresentou uma linha de seis pontos de atuação, dentre esses seis pontos de atuação era a separação de máquinas da Usina de Santo Antônio para os Estados do Acre e Rondônia. E é disso que se trata o Projeto.

Bom isso aqui deu polêmica na Audiência Pública, eu quero esclarecer o seguinte: isso aqui não se trata do Ministério Público apoiar o Projeto de ampliação da hidrelétrica, se trata do Ministério Público ter solicitado em uma Ação Civil Pública que os apagões fossem solucionados, inclusive sugerindo na Liminar que máquinas da Usina de Santo Antônio fossem separadas por uma Linha de 230 kVA para a segurança do sistema Acre, Rondônia. O que é que isso significa? Significa que há um interesse na região, inclusive de outros órgãos por essa energia. Essa solução de segregação de máquinas a essa altura ela só é possível na Usina Hidrelétrica de Santo Antônio se houver alteamento do reservatório, que se não, não conseguimos gerar energia dessas seis máquinas adicionais.

Então vamos lá. Isso aqui eu já expliquei de uma maneira resumida, aqui tem maiores detalhes. O grupo gerador nº1 que é a casa de força nº1 tem 8 unidades geradoras; o vertedouro complementar tem 3 longos vertedouros, aqui está o sistema de transposição de peixes; o grupo gerador 4 com 12 unidades e essa aqui é a usina com 6 unidades geradoras que fica no sistema Acre, Rondônia. Aqui a gente tem o extravasor de troncos, o vertedouro principal com 15 vãos; o grupo gerador com 12; o 2 e o 3 com mais 12. Aqui é a avaliação da ANEEL e a aprovação da ANEEL, um projeto básico complementar alternativo que se trata desta, da colocação de seis máquinas adicionais e da ampliação do reservatório em 80 centímetros. Isso autoriza a implementar o projeto? Não. Não do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista regulatório sim. Então daqui a gente tem que correr atrás do licenciamento ambiental a partir daí. O IBAMA nos autorizou a implementar as máquinas já que existia uma obra em andamento no mesmo local e não haveria impacto adicional na implantação das máquinas, mas não autorizou, e deixou isso claro no documento, a elevação do reservatório em 80 centímetros. Isso aqui é o cronograma das unidades adicionais. E aí é importante que se diga o seguinte, o que a gente procura dizer e talvez a comunicação não seja adequada é que essas máquinas estão disponíveis para gerar, a gente já tem 04 máquinas disponíveis para gerar neste exato momento, então se a gente tivesse autorização dos órgãos competentes a gente já conseguiria gerar com 04 máquinas e colocá-las disponíveis no sistema Acre/Rondônia. Isso significa que a gente vai fazê-lo em agosto? Não, em agosto a gente já tinha 02, não fizemos porque não temos autorização. Significa que faremos



em setembro? Depende das autorizações. Significa que faremos em dezembro? Não. Significa que em novembro no máximo, no mais tardar teremos todas essas máquinas prontas e testadas para gerar. Linha de transmissão, como eu disse, já estará pronta.

Isso aqui é mostrando onde foi a implantação dessas máquinas e elas foram implantadas numa área onde seria feita uma barragem de concreto complementar as outras máquinas do grupo gerador 4. Aqui é já elas em fase de construção, então a máquina 47, 48, 49, 50, elas aqui já prontas em termos de obra civil, o que se tem agora é teste eletromecânico, elas já estão prontas. Isso aqui é mais uma visão de cima da barragem para baixo, quer dizer ao contrário de baixo para cima. A linha de transmissão, é isso aqui que eu acho que é o ponto que precisa ser esclarecido, veja a gente tem o grupo gerador 1, o grupo gerador 4 e os grupos geradores 2 e 3 ligados num sistema de 530 KV ligado ao sistema interligado nacional, isso aqui vai para o Linha de Araraquara, isso aqui vai para o Linhão de Araraquara, diretamente para o Linhão de Araraquara. Essas seis máquinas tem um circuito duplo de 230 que está ligado na subestação da Eletronorte que segue para o sistema Acre/Rondônia, ele não cai nesse bolo de energia, isso significa que a gente que controla o quanto que sai de energia para cá? Não, não significa. Significa que essa energia toda ela necessariamente vai ser jogada nesse sistema, e aí eu gero estabilidade para esse sistema, esse sistema passa a ter disponibilidade de mais 417 mega, esse sistema passa a ter uma linha de transmissão a mais para o caso de perturbações, é isso que a gente está dizendo. Então vamos lá, os benefícios então se resumem em diversidade, a gente passa a ter duas fontes distintas para o sistema Acre/Rondônia que é aquela estação da Eletronorte e aquela outra estação coletora que vem de Araraquara, vai para Araraquara e também volta para o sistema Acre/Rondônia, maior confiabilidade e disponibilidade de 417 mega.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Deixa eu só falar uma coisa para vocês, falar para vocês que já teve duas audiências, uma em Jaci foi interrompida e outra foi interrompida lá no hotel, se vocês não permitirem eu vou ter que suspender a audiência e aí quem vai ser prejudicado serão todos. Eu só peço para o representante de Santo Antônio que acelere um pouco as informações porque essas questões aí a gente, vai mais nos pontos importantes, essa questão dos royalties é importante que a gente quer saber. Então eu peço a compreensão de todos e o respeito a este parlamento, só isso.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Vamos lá. Então em termos de royalties isso aqui é para concessão inteira, eu já falei lá atrás por ano por concessão inteira dá mais ou menos 700 milhões em royalties, isso das 06 unidades adicionais, em impostos, isso foi dito, é 30 milhões, não é um recurso muito vultuoso, o investimento total é 1,6 bilhões, o socioambiental é R\$ 300 milhões a mais, e esses 40% se refere à energia média que é gerada pelas 06 máquinas adicionais. Só uma imagem da linha de transmissão. Aqui são algumas etapas do licenciamento, as mais recentes, para que os senhores entendam o porquê que a gente chegou aqui. A ANA definiu e fechou os estudos de remanso, enviou a versão final desses estudos para a Santo

Antônio, em janeiro de 2016. A gente passou o ano de 2015, inteiro, discutindo esses estudos de remanso com a Agência Nacional de Águas e a gente só teve esse fechamento, em janeiro de 2016. A partir daí, em fevereiro de 2016, que o IBAMA, e aí vocês recordam que a gente está discutindo o PBCA desde 2011, não é? O IBAMA nos solicitou que atualizasse essas informações e esses estudos sobre o alteamento do reservatório PBCA, frente a esse novo remanso da Ana, isso aconteceu em fevereiro de 2016. Em março e abril de 2016, o que a Santo Antônio fez? Ela fez o reflexo desse estudo da ANA, na modelagem de lençol freático, a nova abrangência dele no reservatório, fez o Plano de Comunicação Social, que teria que se fazer para informar tudo isso à comunidade, fez um plano de resgate de fauna para esse cenário novo, a modelagem de qualidade de água, e todas as informações que foram solicitadas aqui. Essas informações foram protocoladas ao longo de março e abril no IBAMA, com alguma informação complementar solicitada em maio. Isso aqui é, desembocou, e o IBAMA nos solicitou que protocolasse toda essa documentação e todos esses estudos para consulta pública em órgãos daqui da sociedade de Porto Velho. Então eles foram disponibilizados no Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal, na SEDAM, na SEMAS, na UNIR e no IBAMA aqui local, para consulta pública, além de terem sido disponibilizadas no site da própria Santo Antônio e no site do próprio IBAMA, para que a sociedade pudesse consultar. E o IBAMA fez um edital de audiências públicas. Nesse ínterim, a gente teve que fazer oficinas preparatórias para essas audiências. Foram realizadas 24 e tiveram 1.293 participantes. E aí foram realizadas aquelas audiências públicas em Jaci-Paraná e Porto velho, que foram encerradas antes do término, e o IBAMA não fez um parecer conclusivo, ainda não enviou para a Santo Antônio. O que o IBAMA precisa além de ter, é obvio que ele analisa, nesse parecer final, tudo que foi apresentado de lençol freático, toda aquela documentação está sob análise do IBAMA. Ele não aprovou nada, ele não disse que a avaliação do lençol freático que eu fiz está perfeita, correta ou não está correta. O que ele está fazendo, e vai fechar a conclusão dele nesse processo, é agora. Então o que ele está nos colocando é que ele precisa, para fechar esse parecer, para definir se aqueles estudos estão corretos ou não, ele precisa também de um posicionamento dos órgãos sobre a afetação nas unidades de conservação. Naquele contorno do reservatório, que a gente teve que refazer, é a afetação do reservatório em unidades de conservações estaduais e em uma unidade de conservação federal. E por isso, a gente tem, precisa ter um posicionamento dos órgãos responsáveis por essas unidades de conservação, quanto ao que fazer com essas unidades de conservação. Isso é um posicionamento que o IBAMA cobra para compor um processo de licenciamento, e compor essa análise da viabilidade ambiental do alteamento da cota. Então aqui, é para vocês terem uma ideia de onde estão localizadas essas unidades de conservação. As estaduais são: a Rio Vermelho C, que é essa unidade menor, que está mais próxima aqui do barramento, quer dizer, da barragem, a barragem está aqui, então essa aqui é a Rio Vermelho C. Essa 2, que é a maior, é a unidade federal, que é a Mapiquari; a 3 é a Serra dos Três irmãos, e a 4 é a Resex de Jaci-Paraná. Então você tem estaduais essas três: a Rio Vermelho C, a Mapiquari e a Resex Jaci-Paraná.

Então é 1, a 3 e a 4. Bom, o porquê que a gente precisa de desafetação dessas unidades de conservação para o alçamento do reservatório? Porque está definido em lei. A Lei 9.985/200, no artigo 22, § 7º define que a desafetação ou redução de limite de unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica. E a Constituição Estadual também define, que para o caso do Estado de Rondônia isso tem que ser feito por Lei Complementar. O que foi feito? Consultou-se a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado a respeito disso, a Santo Antônio fez a consulta e o Ibama também fez essa consulta e o Executivo estadual propôs um Projeto de Lei Complementar que é esse 102/2016 que está sob análise desta Casa. Ele foi apresentado a esta Casa no dia 28 de junho de 2016. Então, esse Projeto de Lei Complementar trata da desafetação dessas 03 unidades de conservação estaduais. Bom, em termos de área, a gente tem aqui a área total dessas unidades de conservação. A Rio Vermelho C tem 4.126 hectares, que é a menor delas, afetação em termos percentuais é de 1,65% dessa unidade de conservação. Essa afetação é uma afetação sazonal, baseada numa cheia média. Então isso aqui pode acontecer em alguns anos e em outros não. Unidade de conservação Três Irmãos, é 0,15% da unidade, que tem 87 mil hectares. A Mapinguari, que é uma federal, ela é imensa, tem 0,0007% de afetação e a Jaci-Paraná 0,23%. E é isso. Aí eu fico aberto a responder as perguntas dos senhores.

**(Às 16h14min, o senhor Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)**

**O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)** – Eu vou, tem algumas pessoas da Mesa aqui que é bom, a gente vai dar a palavra. Eu, primeiro boa tarde a todos, desculpa por ter chegado um pouco atrasado, aqui parabenizar meu amigo Deputado Jesuíno, nosso companheiro Deputado Jesuíno. Nós que somos da Comissão estamos discutindo a questão, principalmente das tarifas de energia e também essa questão do aumento da cota da Usina de Santo Antônio. E, infelizmente, a maioria dos Deputados, que são 24 e só tem o Deputado Jesuíno e eu que cheguei agora, tem 22 que não estão presentes aqui. E essa discussão aqui, esse debate é muito importante. A apresentação que o representante da empresa, do consórcio fez aí, tudo bem, pode ter sua importância, mas todo mundo já sabe e ninguém está interessado nisso aí. Nós estamos interessados, o que a gente quer saber, o que nós queremos saber é se vai ser resolvido todas as pendências que existem com relação às Usinas, principalmente Santo Antônio, que essa lei é para resolver a questão de Santo Antônio. E isso eu não vejo ninguém falar nada, eu não vejo ninguém dar a mínima. Para eles, eles já fizeram tudo que tinha que fazer por Rondônia e Porto Velho e agora eles têm que instalar lá. E eles podem até ter resolvido, mas não resolveram com vocês. Podem ter resolvido com o Prefeito da época, com o Governador da época, com o Governador atual. Esse projeto está aqui já há dois ou três meses e pelo governo nós já tínhamos aprovado há dois meses. Por isso é importante, é muito importante, e hoje está na mão da Assembleia, isso é que tem que ficar importante para todos vocês aqui, isso depende dos Deputados. O governo já fez a parte dele que foi mandar para cá e está pressionando os Deputados a aprovar o mais rápido possível, do jeito que as Usi-

nas querem, e o governo federal e o Ibama. E nós, por isso que é importante a participação e a gente... Nós não podemos deixar, eles terem 13 Deputados aqui a favor deles, porque precisa de 13 votos, dos 24 eles precisam de 13, maioria absoluta da composição da Assembleia, que são 24, no caso são 13 votos, porque o Projeto de Lei é Complementar, é maioria absoluta, no caso 13 votos. E aqui, a preocupação nossa é exatamente essa: chega de sermos enrolados descaradamente. Eu fico assistindo essas palestras e esses vídeos desses empreendimentos aqui, de Santo Antônio e Jirau, e para falar a verdade, a cada dia eu fico mais indignado, Dra. Aídee, com a falta de respeito. Parece que eles acham que nós somos um bando de babacas, um bando de idiotas, que acreditam nestes trajes bonitos deles aí e que para falar a verdade só trazem mais problema para o nosso município e para o nosso Estado. Por isso que nós temos que falar hoje com firmeza e falar grosso aqui, porque está na mão desta Assembleia. E eu e o Deputado Jesuíno sozinho não resolvemos. Nós temos que não deixar ter 13 votos do outro lado. E já vi vários Deputados aqui, a maioria dizer que não vota esse projeto. Mas eu não confio muito nisso não, eu não confio muito nisso. Por isso é importante, nós não vamos aceitar aqui Sessão de madrugada, não vamos aceitar aprovar aqui na calada da noite. Vamos avisar a população de qualquer manobra que for feita para aprovar esse projeto de qualquer jeito.

Eu ando visitando as cidades do interior de Rondônia a maioria das nossas cidades de Rondônia tem energia elétrica precária, precária, eles não podem ter, não podem montar uma indústriazinha com os equipamentos que consome mais energia porque cai. Nós pagamos caro a conta de energia, nós temos um serviço horrível, horroroso e estamos produzindo energia para o País inteiro, enquanto os nossos distritos e nossos municípios a maioria de Rondônia não tem um bom atendimento e pagamos caro a conta e vem aqui, vocês vem aqui não fala disso, ninguém fala nisso, ninguém fala porque foi que não pagou os direitos e não compensou de forma justa todas as pessoas que foram atingidas por essas obras, não vem, só falam que já pagaram tudo, agora, pagaram para quem? Falam que pagaram para o Roberto Sobrinho, que pagaram para o Cassol, que pagaram para a turma do PMDB que bancaram a campanha deles, porque para o povo não veio esse dinheiro, para o povo não veio o dinheiro, porque se tivesse vindo eles não estavam aqui com faixas, vaiando essa apresentação que também eu não vaiiei não sei nem porquê, mas quando vocês bateram palmas vocês estavam certos mesmos, porque chega de ver esse tipo de apresentação que não resolve nada, que não resolve nada, por isso, por isso, vamos discutir aqui de forma bem objetiva de como resolver todos os problemas que tem pendente com os trabalhadores, com a população que foram atingidos, está aqui o companheiro representante do MAB, está aqui toda a população e os que não estão aqui também que foram afetados e muitos não estão aqui presentes para exigir desses caras que resolva, aí sim, depois que resolver tudo eu posso até discutir e votar esse trem aqui no Plenário, enquanto não, vamos lutar para que não seja aprovado.

Eu vou passar aqui a fala para a nossa Procuradora, nossa Promotora do Ministério Público, Dra. Aídee que é a



representante e a Defensora do Meio Ambiente aqui do nosso Estado de Rondônia.

Com a palavra a Dra. Aídee, pelo tempo que a senhora achar necessário.

**A SRA. AÍDEE MARIA TORQUATO MOSER** – Boa tarde a todos! Eu cumprimento o Deputado Herminio, a todos os integrantes da Mesa, eu vou sintetizar mais ou menos qual o posicionamento tanto do Ministério Público Estadual quanto Federal.

Também peço desculpas pelo atraso é que nós temos Audiências que, às vezes, avança à tarde e aí fica difícil a gente chegar no horário alguns compromissos. Nós temos entre tantas ações em 2012, só para fazer um breve retrospecto quando começou a se ouvir a possibilidade de aumento de quota em razão do aumento de geração de energia, nós, diante da falta de resposta tanto da ANEL quanto do IBAMA sobre novos estudos porque os estudos inicialmente feitos para instalação das duas Usinas eles já careciam de aprofundamento em algumas áreas, tanto é que nós estamos tendo problemas que ninguém sabe até que ponto vem ocorrendo em razão da instalação dessas Usinas ou outro fenômeno como sedimento. Nós temos estudos de 2006 dizendo que há insuficiência de estudos em várias áreas e na dúvida e não aguardando eventual catástrofe nós ajuizamos uma ação já discutindo a questão do aumento de quota e a necessidade de novos estudos, essa ação ela tramita na Justiça Federal, realmente está bem morosa, nós já estamos em 2016 e nada acontece, mas de qualquer modo de lá para cá nós já tivemos alguns fenômenos que fazem pensar que o ajuizamento da ação foi no momento próprio porque vários acontecimentos ocorreram e que necessitam realmente de aprofundamento de estudos.

Nós temos também uma outra Ação Civil Pública que a gente discute a forma como o IBAMA realiza as suas Audiências Públicas que aí não tem nada a ver com o empreendedor, mas, que essas Audiências elas realmente elas não trazem à população o que efetivamente acontece, as primeiras Audiências Públicas antes da instalação dessas Usinas nós já havíamos questionado isso em juízo e prova disso é que até hoje a população realmente não sabe o que acontece, ela sofre as consequências, mas ela não tinha conhecimento do que efetivamente ou por tudo que ela iria passar.

Nós também questionamos em várias ações o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação, principalmente, com relação ao processo de remanejamento e reassentamento das famílias. Todos eles apresentam problemas, uns reassentamentos foram feitos de forma equivocada, vocês sabem melhor do que eu, em locais onde não há menor identidade, a menor cultura, quer dizer, completamente diverso ao modo de vida que as pessoas afetadas por esses empreendimentos e pelos dois, estão passando. A qualidade de vida caiu drasticamente em todas as famílias, elas se endividaram, elas hoje, elas não têm uma fonte de renda como tinham, pode ser que talvez em termos de moradia melhorou; mas, será que era isso que elas queriam, uma casa de alvenaria? Eu, domingo estive lá na Vila de Teotônio e realmente para turismo, aquele projeto, ninguém tem a menor condição de levar uma criança lá, quer dizer, a gente tem acompanhado isso e esse equívoco da forma como foram feitos esses

remanejamentos das populações e os reassentamentos, nós temos questionado em juízo, porque o IBAMA realmente não nos ouve. Então, só que nós sabemos que as ações após a judicialização das ações, principalmente na Justiça Federal, elas são bastante morosas. Tivemos um avanço numa das ações que nós ajuizamos na Justiça Comum; mas, na Justiça Federal, realmente nós nos constrangemos quando as pessoas vêm procurar qual é o resultado e nós não temos. Mas, fizemos a nossa parte em ajuizar e procurar realmente trazer para o processo a verdade com relação à situação desses reassentamentos. Fora os impactos sociais que eles demandam de uma reavaliação, nós temos as questões técnicas e com relação aos impactos ambientais, claro que são danos irreparáveis e se sabia disso e por isso o IBAMA fez lá os cálculos de compensação ambiental com as duas usinas. Mas, com relação a esse aumento da cota, esses estudos apresentados no IBAMA, que ele ainda não se manifestou; mas, nós temos recebido vários ofícios que a energia sustentável, ela encaminha para a ANEEL, para a ANA, para o IBAMA e encaminha cópia para os Ministérios Públicos, Federal e Estadual. Sem adentrar nos interesses eventualmente da energia sustentável, mas, o que ela traz ao menos, a mim e aos técnicos que eu já passei e pedi que desse uma olhada, vem como preocupantes. Primeiro que se questiona a real necessidade do aumento de geração de energia, através do aumento da cota e a implantação dessas novas turbinas, se realmente exige esse aumento de cota. Se o custo-benefício dessa geração de energia, desse aumento de geração de energia é mais vantajoso, mais positivo do que os danos ao meio ambiente e a população que novamente quase todos os reassentamentos de uma forma ou outra, serão afetados. Então, não há estudos. Segundo, se não havia outras fontes de energia consideradas menos impactantes e mais sustentáveis. Hoje, Rondônia tem uma série de PCH's, tem Samuel, nessa pergunta, nós tivemos uma resposta que eu vou, que eu vou brevemente só passar para os senhores, dizendo o seguinte: que é fundamental esclarecer que o sistema elétrico dos Estados do Acre e Rondônia, possuem as seguintes alternativas de suprimentos: energia proveniente do sistema interligado nacional, através da interligação existente da subestação Jarú, no Estado do Mato Grosso, que pode fornecer até 340 megawatts. Energia proveniente de Samuel, com a capacidade instalada de 216 megawatts. Energia proveniente da UTE Termo Norte, que não é a melhor energia, mais que ela está na condição de standby. Energia proveniente de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, dois equipamentos denominados "back-to-back" instalados na subestação coletora de Porto Velho, os quais possuem capacidade de transmitir até 400 megawatts cada, totalizando 800 megawatts de potência. Transformador TF-13 instalado na subcoletora de Porto Velho com capacidade de 330 megawatts. Com toda essa capacidade de energia informada nesse expediente, é possível afirmar, não eu, eu estou lendo um documento, que há essa capacidade suficiente para suprimento do sistema elétrico Acre e Rondônia até 1.130 megawatts, bastante superior a demanda desse sistema, aproximadamente 550 megawatts. Se todas as alternativas de suprimento deste sistema forem consideráveis esse quantitativo alcança mais de 2.000 megawatts. Então, isso já é um questionamento, se é realmente necessário esse aumento de

Cotas com essas implicações todas, tanto no aspecto social quanto no aspecto ambiental. Também esses documentos, esses outros ofícios todos encaminhados a energia sustentável a ANEEL e ao IBAMA, eles afirmam que eles solicitaram, isso é um questionamento que eles fazem ao IBAMA, eles solicitaram informações a respeito deste aumento de Cota, e analisando o aumento de Cotas eles afirmam o seguinte: que a partir dos arquivos e de imagem alta de resolução dos lotes do RRC foi possível verificar que a interferência do reservatório no UEH e Santo Antônio na Cota 71,3 será superior a indicada no Mapa elaborado pela SAE. Nota-se claramente que a vegetação na região em torno dos Igarapés apresenta coloração diferenciada já, indicando a sua afetação pelo remanso do reservatório de Jirau, o que não está representado corretamente no Mapa. Questionam também que apesar da SAE não ter obtido ainda autorização para elevação da Cota, entende ser fundamental o recálculo dos ganhos reais para o sistema deste pleito, considerando a operação da UEH Jirau em Cota constante de 90m e 91m no período seco, e as perdas resultantes para o poder concedente. Somente os resultados desta avaliação será possível verificar se os impactos sociais socioambientais relativos a Cota 71.3 serão compensados com suposto ganho energético para o sistema. Aí tem mais um documento aqui que eles encaminharam também ao IBAMA e eles dizem o seguinte: que adicionalmente a elevação para a Cota 71.3 também correrá em restrições operativas na época de cheia de forma a não empatar as estruturas da UEH Jirau pelo incremento do remanso. Mas afirma que até pouco tempo que a alteração do nível máximo normal do reservatório não interfere na UEH Jirau. Essa empresa assumiu a existência de danos e que a Santo Antônio teria assumido a existência de danos em Jirau em relatório recentemente protocolado na ANEEL. E aí ele abre aspas dizendo o seguinte: “como consequente ajuste do remanso da UEH Santo Antônio estimado no modelo da ANA os níveis de água a jusante de Jirau foram majorados fazendo com que as estruturas desta usina sejam solicitadas diferentemente das condições inicialmente estabelecidas”. Então ele quer dizer o seguinte: que este aumento de Cota fez com que Jirau tivesse que adaptar algumas normas técnicas da sua do seu empreendimento.

E por fim, bom, tudo isso nós entendemos que seja necessária uma reavaliação se a outra forma de geração de energia eu acredito que deveria ser repensada. Os impactos socioambientais serão novamente gigantes, não adianta dizer que houve impacto no início. Os impactos inicialmente previstos eles já passaram daqueles previstos. Nós temos hoje situações que tem que ser estudadas, principalmente até para descartar qualquer possibilidade de ser em razão da instalação de ser dois megaempreendimentos. Mas, que nós estamos sofrendo essas consequências. E, também eu quero esclarecer que a Ação Civil Pública que nós propusemos contra a Eletrobras, ela não questiona se há falta de geração de energia no Estado de Rondônia, ela reclama é da deficiência do sistema em ocasionar esses apagões. Então ela, nós não, essa demanda não pode ficar na conta desta Ação. E depois se nós analisarmos o pedido inicialmente feito pela Santo Antônio para o aumento de cota é muito claro que ela diz que aparenta ligar ao sistema já existente, ela não vem para atender a nenhuma demanda do Estado. Isso é um discurso que chegou posterior,

talvez para melhor convencimento. Afinal, nós até podemos nos preocupar com a falta de energia para o país, mas não a um preço tão alto como estamos pagando aqui no nosso Estado, principalmente, no nosso município, Porto velho. Então a nossa proposta sempre foi a mesma desde a ação de 2012, e depois de todas as ações ajuizadas em relação a falta de cumprimento das condicionantes que hoje até por falta de estrutura nós focamos realmente nos reassentamentos que é vamos cumprir todas condicionantes da licença de operação, vamos aprofundar os estudos, vamos verificar a necessidade de que esse aumento de geração de energia seja desse empreendimento, vamos verificar, como questionado por Jirau, se a geração dessa energia há necessidade de aumento de cota, porque ela sustenta que talvez com estudos não fossem necessário esse aumento. Então eu acho que nós estamos muito distantes de ter estudos que deem uma garantia e uma tranquilidade de realmente quanto à necessidade em primeiro lugar, e em segundo a que custo e a que preço nós vamos novamente pagar. Com relação a esse projeto de lei, eu acho que esse projeto de lei é uma consequência que só vale ser aprovado se realmente for aprovado pelo IBAMA, porque hoje as unidades de conservação que vão ser afetadas por esse aumento da cota se resolve com compensação, ou criação de novas unidades ou com compensação financeira que normalmente não é o melhor caminho, o melhor caminho realmente é que sejam compensações com novas unidades para nós mantermos a integridade da nossa cobertura florestal por meio de unidades de conservação, só que isso é o mínimo diante de tudo o que nos causa preocupação e que então por isso nós até judicializamos. Eu vejo que esse projeto é muito simples de resolver quando nós tivermos todas as nossas dúvidas e respostas para todos os nossos questionamentos. Eu responsabilizo muito o IBAMA pelo processo que ele conduz as audiências públicas, ele não vem para esclarecer, ele realmente vem para enfiar goela abaixo um projeto do Governo Federal, e nós já tivemos inclusive a possibilidade, vocês sabem disso, de um encontro com a Secretaria da Presidência da República que a meu ver só veio aqui para cumprir um compromisso que fez que resposta até hoje não tivemos nenhuma, e nós sabemos e todos os dias nós temos gente vindo no Ministério Público em razão de, e não é nem questão patrimonial que eles vem buscar no MP porque isso a gente já deixou muito claro que nós não resolvemos, mas são questões que eles buscam de uma falta total de condições de vida na forma onde eles foram reassentados, e pior ainda de tudo isso foi a chegada do mosquito, do mansonina, que também já judicializamos uma ação e realmente por falta de estudos e de uma literatura que diga do que ele é capaz, mas o que a gente já sabe do que ele é capaz é que é impossível a convivência do ser humano com esse mosquito. O Joana D'Arc está aí e pode dizer que as pessoas estão sofrendo de forma assustadora, eu fiquei chocada quando eu fui lá e vi meninas com a cabeça raspada de tanta ferida em razão de mordidas de mosquito. Eu acho que essa sensibilidade nós temos que buscar seja dos órgãos licenciadores, seja dos próprios empreendedores, é o tipo de negócio a venda de energia que não tem risco, é uma venda certa, é um líquido certo, é um apoio incondicional do poder público para esse tipo de empreendimento e não é possível que não se enxergue o que essas pessoas estão pas-

sando. Então hoje mais do que a minha atribuição é na questão ambiental, eu praticamente estou dedicada as questões sociais e realmente eu faço assim este pedido principalmente para o empreendedor que veio a esta reunião que realmente enxergue e tome consciência do que efetivamente foi feito, o que não foi feito, porque chegar e dizer assim: "não, o que me foi exigido eu fiz", mas, fez de que forma e se teve a intenção de fazer bem feito, que eu acredito que foi essa a intenção, não deu o resultado positivo. Então vamos rever, vamos rever os projetos para essas famílias, não tem um projeto que está dando certo, será que todas elas são as culpadas pela falência desses projetos? Eu realmente, eu fui domingo à Teotônio, não tem condição de levar uma criança lá, se levar uma criança lá ela desaba morro abaixo, quer dizer onde que aquilo pode ser tido como um empreendimento turístico, uma praia? Quer dizer, eu não acreditei, porque realmente a gente ouvia e ficava meio assim, aí eu achei já há um bom tempo que é melhor a gente ir no local e verificar, e assim como Jaci-Paraná, Jaci-Paraná está se acabando, ela não gera mais emprego. Eu não vou entrar na seara do comércio, o comércio está dando ou não está dando, mas ele não tem para quem vender porque as pessoas não produzem e não têm como produzir. O que está aumentando lá? A criminalidade, a prostituição infantil, as pessoas ociosas, a depressão. Então assim, não é possível, isso me choca profundamente, o Joana D'Arc a mesma coisa, no dia que eu fui numa família lá, a quantidade de mosquito é impossível. Então não é possível que nem o órgão licenciador, e nem os dois empreendimentos, porque Jirau também tem lá seus problemas, não queiram exatamente enxergar a realidade da situação. Não dá, não tem mais aonde a gente... E eu até me espanto quando eu vejo uma propaganda dizendo o seguinte, que "é o empreendimento...", como é que é? "...Mais sustentável do mundo". Isso, para mim, me chocou. Não, eu não estou fazendo isso para ganhar alguma simpatia não. Eu queria a fonte dessa informação, como que é considerada a mais sustentável do mundo? Mundo, assim, eu fico pensando, se fosse da região Norte, mas não, é do mundo. Então isso, para mim, eu queria essa informação, eu até solicito, porque eu, assim, eu fico pensando assim, ou eu estou no lugar errado, enxergando as coisas erradas, e a gente hoje, a Promotora do Meio Ambiente não consegue quase fazer mais nada, que não seja atender essa demanda. E nós não temos como não atender, isso é nossa obrigação. Então assim, na verdade eu não tenho menor interesse em criar nenhuma cizânia, ao contrário, eu tenho sempre conversado com a Santo Antônio, eu tenho conversado com Jirau, temos feito acordos produtivos, que eu fico super feliz quando vejo resultado. Mas é muito difícil isso, porque isso tinha que está acontecendo sem a interferência do Ministério Público. Isso seria uma coisa natural, normal, eu vejo que não dá certo. Então assim, e não é possível também entender, que todas as pessoas não sabem trabalhar nos projetos que foram propostos. Então, ou Projetos foram equivocados, ou não se percebeu o perfil das pessoas para aqueles projetos. Então eu acho que há uma necessidade urgente de se reavaliar tudo isso. Fazendo tudo isso e aprofundado os estudos é lógico que nós, eu não vou jamais intervir se há necessidade ou não dessa geração de energia. Mas eu acho, que verificar se há alternativas de geração de energia, caso seja necessário, com energias mais sustentá-

veis e menos impactantes, eu acho isso fundamental. Então é esse o apelo que eu faço. Eu agradeço a oportunidade, claro que a gente está sempre à disposição, sempre para construir um mundo melhor para aqueles que habitam neste Estado. Eu sempre digo o seguinte, eu não sou daqui, não vou morrer aqui, mas enquanto eu estou aqui, eu vou sair um dia daqui com minha consciência tranquila, porque o que eu pude fazer eu vou fazer. O problema é que não é possível só o Ministério Público, que tem uma secretária, uma assessora e um Promotor dar conta de uma demanda. Eu acho que isso, os empreendedores deveriam por si reavaliar, fazer reavaliação, porque não é possível, eu tenho uma propaganda tão bonita, um marketing tão rico, e se a gente for lá, na realidade é uma tragédia. Então eu acho que é um descompasso muito grande, e que tem que ser corrigido. Muito obrigada.

**(Às 16h45min, o senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)**

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – São 16h 46min, eu, a Dra. Aídee fez uma proposta de exemplo, a questão dos estudos, a questão das compensações que foram feitas, os impactos que foram feitos. Realmente, eu estava até falando com o Deputado Hermínio, se é a energia mais limpa, mais sustentável, imagina a pior, o que é que pode acontecer conosco. Mas independente dessas questões, eu falei com o Ivan era o responsável... ali na antessala, junto com o Presidente Maurão, tive, não é uma reunião, ele veio aqui, foi com o Dimes, desculpa, com o Dimas, não é? Com o Dimas, e estava o Presidente, estavam os demais parlamentares e eu falei, "olha, a gente vai discutir isso na Audiência", inclusive estava o representante da Santo Antônio, o Guilherme. Eu falei, "lá eu vou ouvir todas as discussões", a gente tem que ser mais prático, o que a comunidade local está passando, exemplo, falhas problemáticas, exemplo, Jaci, lá eu já sei a questão da água está sendo afetada, a questão... Aí vai, nós iremos pontuar e depois Santo Antônio entra no mérito se vai querer fazer as devidas propostas, as compensações, os planos de mitigação e outras questões que é para se fazer e era para se fazer. Outro ponto, eu pergunto se tem alguém, algum engenheiro, alguém habilitado, que possa se manifestar aqui de forma técnica? Eu até fiz o convite, que teve uma Audiência aqui do Deputado Léo Moraes, a primeira, e teve um engenheiro, inclusive já fez diversas explicações e palestras e eu queria ouvi-lo. E por que eu digo isso? No ano de 2014 teve aquelas enchentes, mas antes das enchentes, na construção das usinas do rio Madeira... Eu sou ribeirinho, nasci e me criei aqui na rua, aqui na Arigolândia, no bairro da Arigolândia. As explosões quando ocorriam lá em Santo Antônio, iniciavam por volta das 17 horas, 18 horas, quando não, pela manhã. Você sentia, quebrava vidro, na igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro você, teve uma explosão que foi tão forte que quebrou vidros. Isso é fato. Mas não vou me delongar mais ainda. Eu quero dizer, perguntar para a Santo Antônio também, se aquela abertura daquelas comportas, você pode ver naquela, onde houve aquele desbarrancamento ali, na questão das 17 carretas. Santo Antônio tem alguma, aí seria muito mesmo reconhecer o erro, não é? Tem alguma participação, houve alguma questão de que..., responsabilidade por parte da Santo Antô-



nio na abertura daquelas comportas, naquela afetação daquele desabamento, vamos falar, uma avalanche de terras. No entendimento de vocês foram feitos alguns estudos ou está sendo feito algum estudo quanto a esta questão da velocidade do rio, quanto à questão, até onde, com a abertura daquelas comportas, o rio vai avançar, tudo isso. Eu quero saber os ribeirinhos que foram afetados no ano de 2014. Porque não adianta vir falar dos Andes, que houve o degelo dos Andes. O que houve, Deputado Herminio, foi que contiveram água, efetivaram uma contenção de águas e, inclusive, tem uma multa, Dra. Aídee. Aí eu gostaria que a senhora me respondesse antes da senhora ir embora, tem uma espécie, não sei se foi uma multa ou não, que Jirau responsabilizou Santo Antônio por conter água, as águas, no ano de 2014. E quando ocorreu aquela questão daquele... lá ter uma enchente, mas não seria uma enchente daquela, jamais. O Amazonas começou também a ter uma elevação das águas, soltou, ocorreu aquela situação lá daquelas enchentes, afetando uma série de pessoas. E digo mais, mais de 5 mil pessoas foram afetadas no Baixo Madeira. E aqui, o responsável lá de Santo Antônio já disse, "para baixo das comportas só decisão judicial, que a gente não tem responsabilidade nenhuma. Pode esquecer isso aí. E para cima, a gente está pagando tudo, já pagou, já fez, já aconteceu, não devo mais nada para Porto Velho, não existem mais compensações por essas 06 turbinas". Então, nós queremos entender, porque aqui, como disse o Deputado Hermínio, são 24. Eu vou perdoar alguns Deputados, é uma crítica, eu não gosto de criticar Deputado, eu não vou criticar Deputado, mas, no mínimo, aqueles que residem em Porto Velho deveriam estar aqui, no mínimo, viu Deputado Hermínio. É uma responsabilidade para gente ouvir e entender, porque amanhã ou depois esse tema vai para plenário, vai chegar aqui, porque todo mundo já tem parecer contrário. Eu voto, nem que for, é contrário. Amanhã ou depois tem uma posição contrária, divergente, mas que pelo menos tivessem participado das discussões: - ah, eu participei das discussões, comecei a compreender, as explicações foram plausíveis, realmente me convenci, deve sim Rondônia compensar uma área de afetação por outra área, compensando essas áreas de preservação. Mas no meu entender, da forma que está esse projeto, não tem, até agora não trouxe, a gente está só entendendo aqui, jogou para o lado, vai para cá, fala, fala... Eu quero a coisa direta, a coisa reta. O cidadão quer saber da coisa: - olha, foi afetado, vai ter alguma... Eu quero é isso para a gente discutir de uma forma mais prática e mais efetiva, e todos sairmos daqui com uma resposta: olha, Santo Antônio teve isso, vai fazer isso... Porque até documentos do Ibama conflitam com a própria fala de Santo Antônio. Não estou falando a sua ainda, que não sei se você já comentou sobre isso: - não, já fizemos todas as compensações. Encaminharam uma documentação que eram R\$ 77 milhões. Eu já tive a informação: não, são R\$ 230 milhões. Já aumenta aí para duzentos e poucos milhões. Os royalties são em torno de R\$ 116 se houvessem as turbinas. Então tem muito número, têm muitas informações, têm muitas questões. E como disse a Dra. Aídee, o Ministério Público Estadual e Federal estão fazendo a sua parte, entrando com as devidas ações civis públicas, mas o Juiz não está entendendo, não está entendendo e está deferindo ou suspendendo. Porque, ainda vai nascer um 'Sérgio Mouro da vida' aqui que está fazendo essa pressão, eu

quero ver Juiz para suspender a licença de uma Santo Antônio. Aí eu que eu iria mesmo falar: olha, o cara tem que ter peito. Mas não depende só do Juiz. Aí vai, sabe para onde? Para um colegiado, para os Desembargadores, infelizmente é Justiça. O Juiz dá liminar, suspende as licenças, vai para o plenário: não, essa matéria se trata do STF. Chega lá no STF, vai para 11 Ministros. É assim que funciona a Justiça, doutora. Infelizmente é assim. A gente refuta, são muitas ações, mas aqui hoje, aqui não, se depender dos parlamentares, se depender da minha ação parlamentar, de todos os mecanismos dotados regimentais, procedimentais eu estarei aqui brigando, lutando que o povo seja devidamente respeitado, devidamente compensados, e que nós devemos sair com uma resposta plausível, se vir com balela pode ter certeza eu agradeço, ouviu Guilherme, eu tenho muito respeito por sua pessoa e ao demais, mas vocês estão defendendo a empresa e a empresa como eu disse numa reunião visa lucro, milhões, bilhões. Daqui a pouco como eu falei, daqui a pouco está vendendo até essas usinas para os chineses. A Eletrobras acabou de ser indicada que vai ser, também já vai privatizar, então tem muita coisa que vai mudar. O cenário todo pode mudar, e o que acontece aqui depois dessas discussões qualquer, eu faço qualquer aposta, eu desafio, depois que isso acabar essas discussões que o Estado aprovar as devidas autorizações dessas compensações Santo Antônio nem passa aqui perto: "eu vou lá fazer o quê"? Para a gente adentrar é a maior burocracia. É área federal, aqui ninguém entra. É empreendimento federal. E é assim que funciona. Então, é essa a verdade que tem que ser dita, só estão aqui porque tem interesse nessa discussão e se isso passar acabou Estado e o Governo e aqui em nome do Sales, ouviu Sales, o Governo... Porque é assim, para o cidadão a peteca é da Assembleia é interessante isso, mas quem iniciou esse processo legislativo foi o Governador, ele era para chamar reuniões e reuniões, exaustivas reuniões junto com todo o seu status, todo o seu aparato para depois trazer aqui para Assembleia. Eu tenho um Ofício porque o processo legislativo iniciou de um pedido de Santo Antônio, um Ofício, já foi para a SEDAM já fizeram tanto procedimento: "opa está certinho, tem parecer, está tudo nos conformes, tem laudo, joga aqui para os Deputados". E é por isso que enquanto tiver Dra. Aídee discussões e enquanto tiver documentações faltando, enquanto não tiver de forma verdadeira o processo não está completo não vai para a Plenária porque o Regimento ainda nos dá esse devido direito para qualquer Parlamentar, então o processo deve estar completo com todas as informações, com todas as questões aí sim. E eu irei cobrar isso, pedir o seu apoio, pedir a sua ajuda também aqui para subsidiar a esta Casa também com as devidas informações, devidas decisões que ocorrerem, porque Jirau no seu Ofício já me aponta que: "opa, não é necessário não essas 06 turbinas, não é necessário fazer essa elevação de quotas". Está aqui no documento. Então Jirau que tem o mesmo conhecimento, tem as mesmas pessoas habilitadas ali que deve ter engenheiros, então está tendo conflito aqui, Jirau diz que não precisa, que faz o apontamento que é necessário a fazer isso e aumenta ainda mais a questão do aumento da distribuição energética e Santo Antônio diz que é necessário. Quem é que está mentindo nessa discussão? Então, isso que eu queria falar para você Guilherme, para você

levar essa discussão. Agradecer a Dra. Aídee que ela tem que se ausentar do recinto novamente, iremos continuar essa discussão e que eu peço para vocês agora, encaminhe para a gente, quem for falar porque tem muitas falas, tem que ser mais preciso, a gente sabe, não vão voltar lá no... A gente aponta o que está acontecendo diz o que está, o que as necessidades podem ser efetivadas, para cada um para a gente encaminhar e vê ao final qual vai ser o posicionamento do Santo Antônio.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Deputado Jesuíno, eu queria, era importante aqui, eu quero até, o rapaz aqui que está representando Santo Antônio eu sei que ele não tem muito a ver com esse rolo todo até porque ele é um empregado da empresa e ele está aqui só para apresentar esses dados aí, nós precisamos de representantes tanto do Estado, do município e da Usina que tenha poder de negociar aqui, aqui ninguém tem poder de negociar nada.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Guilherme, você tem Guilherme de negociar? Eu queria até que ele explicasse.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – É se ele tem condição de encaminhar aqui alguma coisa tudo bem, mas pelo que eu vejo não tem, ele não tem, ele não tem poder de assumir compromisso nenhum aqui no sentido de a gente achar uma solução para a situação.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Então, a proposta do Deputado Hermínio. Guilherme, eu queria que você respondesse. Você tem a procuração para falar, acordar?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Eu tenho para acordar coisas técnicas, que envolvam recursos não.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Então me explique as coisas técnicas?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Então vamos lá.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Só um pouquinho Deputado, só para ele explicar.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Eu só quero dizer o seguinte, só vai irritar mais o povo, não vai encaminhar nada, por isso que eu falo Deputado Jesuíno à importância, deixar claro para vocês aqui. Está na mão desta Casa, esse Projeto só vai ser aprovado se tiver 13 Deputados aqui que concordem, por isso, o importante é isso, é todos ficarem atentos se mobilizarem mais, a sociedade tem que se mobilizar mais para lotar mais esta Casa e não deixar esse absurdo, nós autorizarmos ainda mais eles alagarem mais áreas aqui do nosso Estado e afetar mais gente ainda, acabaram já com a metade de Jaci-Paraná vão acabar com o resto agora, vão acabar com o resto e tudo por isso mesmo, vai ficar tudo por isso mesmo? Por isso que eu falo, essa questão técnica eu falo por mim, eu não tenho mais condições de escutar esse negócio técnico, que não resolve nada, só piora mais ainda a situação, a situação nossa.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu vou, só me explica, eu quero ver Guilherme, o que é a questão técnica?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Por exemplo, caso do lençol freático. Existe uma reclamação grande sobre o lençol freático. Existe já uma determinação e uma definição da Diretoria, inclusive isso já foi conversado com a Dra. Aídee e eu gostaria que ela estivesse aqui para ela fosse parte disso. A gente tem um aumento grande de estudo do lençol freático, a ideia e refazer uma modelagem aprofundada para o PA Joana D'Arc, para área de Jaci-Paraná; isso inclusive já foi solicitado pelo IBAMA, já está em andamento. Mas, o que a gente quer fazer é redefinir a malha de poços, redefinir a quantidade de poços que são monitorados para ver o nível do lençol freático, a qualidade da água e tudo isso, com acompanhamento do Ministério Público. Então, os técnicos acompanhariam e em havendo, em havendo uma afetação comprovada, e, o Ministério Público estará junto para definir isso; a Santo Antônio, como o senhor ouviu isso inclusive do diretor, se compromete a resolver. Quer dizer, coisas técnicas como essa, eu tenho obviamente como lidar com elas e me comprometer com elas. Mas, acordos que envolvam compensação, por exemplo, isso eu não tenho como fazer. Esclarecer, as compensações que já foram realizadas, esclarecer os ofícios aí que foram citados pelo senhor sobre compensação, nesse caso a compensação ambiental e não social, isso sou eu a pessoa mais indicada. Mas, se quer seguir no caminho de tratar sobre compensação ambiental ou se negociar algo desse tipo, compensação social, eu não tenho autonomia para fazê-lo.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu acredito que o Deputado Hermínio falou e compensação tem que estar estado, município. Era para estar aqui, exemplo, o representante do Governador, ou o próprio Governador; isso é caso de município também. Porque 45%, como você falou dos royalties são destinados ao município e 45% ao Estado e 10% a União. Essa a discussão de compensação, é um absurdo também porque a metade foi para Cacoal, a metade foi para Cacoal e o documento que foi encaminhado até hoje, eu não sei porque que foi encaminhado para Cacoal lá a construção, parece que os outros municípios não tinham a necessidade de hospital ou outras coisas assim. Mas, aí eu peço, discussão de compensação é uma coisa; então se tratando de compensação é Estado, Município e a gente irá apenas intermediar se forem necessárias essas conversações. Existe, porque no início das nossas reuniões falou o seguinte: não, já tem as 06 turbinas, essas 06 turbinas não vão ter compensação não, compensação já foi daquelas 44. Mas, você fazendo uma leitura na documentação do IBAMA, eu entendo que ainda existe sim compensação por essas 06 turbinas devido aí a questão de fato lógico, se você está aumentando cota, deve ter compensação ainda.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Aí se trata de compensação ambiental Deputado. São dois assuntos distintos; você tem compensação social, a compensação social em princípio a lógica dela é lidar com a sobrecarga dos serviços prestados pelo Governo e pelo município. Então, na medida que eu atraio a população, então vai ter um empreendimento como esse, desse tamanho. Faz uma medida de quanto que esse empreendi-

mento vai atrair de população e em cima disso se negocia com o Estado e com o município qual que é e quais são as necessidades e a quantidade de compensações e obras que vão ser realizadas e assim foi feito. Para esse alteamento do reservatório, você não tem atratividade populacional adicional. Então, não tem compensação social associada a esse alteamento do reservatório, porque a atração populacional, ela aconteceu no empreendimento original e ela já foi aplicada, a gente tem aí valores da ordem de duzentos milhões de reais que foram aplicados. Já a compensação ambiental, essa compensação ambiental é definida por Leis, existe uma porcentagem definida por Lei e é desse ofício que o senhor está lendo e leu aí, trata da compensação ambiental. A compensação ambiental ela é definida por uma câmara técnica do IBAMA que passou muito tempo parada, sem definir a destinação desses recursos para que unidade de conservação iriam, ela definiu isso e aí cabe ao Estado e ao Governo Federal fazer os planos de trabalho para o investimento desse recurso. O Estado já fez esse plano de trabalho, eles foram inicialmente recusados por essa câmara e esse plano de trabalho estavam sendo refeitos. Então, a Santo Antônio em princípio não tem nem como fazer os investimentos porque os planos de trabalho não estão feitos. Isso não cabe a Santo Antônio fazê-los, isso cabe ao Estado e cabe, no caso das Federais ao órgão Federal. Então são dois assuntos distintos: compensação ambiental pelas turbinas adicionais ela é cabível e calculada por essa câmara técnica do IBAMA, e ela é proporcional ao uso da água. Já a compensação social em princípio não em função disso que eu lhe disse, porque ela é baseada em atratividade populacional. Uma outra confusão que se costuma fazer é compensação social com atingimento. Então as pessoas atingidas pelo reservatório, estou falando de montante, estou falando acima da barragem, e aí definidas pela linha de inundação, essas pessoas todas receberão um tratamento de indenização, conforme a determinação do órgão ambiental. Ok? Então são coisas distintas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** - Eu tenho uma pauta. Eu quero fazer a leitura da pauta...  
Pode falar aí, Lenilson.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – É só para registrar a presença da senhora Maria Rosileila, representante da SEMA, Secretaria Municipal.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** - Obrigado pela sua presença.

Tem um Ofício da Pauta Concisa dos Atingidos pela União, a UEH Santo Antônio.

Eu vou fazer a leitura desta pauta. Se todos que estiverem na Plenária dentro da parte externa e interna, acharem que os devidos itens atendem as devidas demandas, aí eu faço a leitura e aí você vai falando o que pode ser feito ou não de forma técnica. Eu acho que até para a gente resumir. Depois eu passo a palavra aí, se alguém quiser colaborar com essas discussões.

Pauta Concisa dos Atingidos Pela UHE Santo Antônio. Porto Velho, 09 de setembro de 2016.

A – Plano de Segurança de Barragem.

Conforme determina a Política Nacional de Segurança de Barragens e diante do desastre já evidenciado em 2014, no rio Madeira, que a Santo Antônio Energia apresente o Plano de Segurança de Barragem da UHE Santo Antônio. É o primeiro item.

B – Médio e Baixo Madeira.

1 - Apresentação de uma solução definitiva para os problemas de assoreamento na orla da cidade de Porto Velho, como ocorre no bairro Triângulo, assim como em outras localidades à jusante, onde há o incremento do fenômeno de terras caídas, como no distrito de São Carlos do Jamari.

2 – Apresentação de uma reparação pelos danos provocados as famílias ribeirinhas pelos impactos provocados nas atividades agrícolas de vazante que eram praticadas nas praias que se formavam ao longo do rio Madeira antes da UHE Santo Antônio.

3 – Execução de ações emergenciais no âmbito do Programa de Apoio às Atividades Pesqueiras que não vêm sendo executado e apresentação de um Plano de Trabalho para restabelecimento das condições de trabalho e geração de renda das famílias de pescadores.

C – Infestação de mosquitos.

1 – Apresentação de uma solução definitiva para a infestação de mosquitos do gênero *Mansonia* sp.

Objeto da Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado de Rondônia e do Ministério Público Federal nº5710-93.2016.4.01.4100.

D – Jaci-Paraná

1 – Apresentação de uma planilha com a lista de atingidos a serem remanejados nas áreas urbanas e rural do distrito.

2 – Apresentação de lista de atingidos referente à nova cota de proteção para as áreas à montante contra os efeitos de remanso do reservatório da UHE Santo Antônio determinada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

3 – Tratamento de todas as famílias conforme os critérios estabelecidos pelo Plano Básico Ambiental (PBA).

4 – Apresentação de caderno de preços atualizados para o ano de 2016.

5 – Ações emergenciais para garantir o abastecimento de água potável para as famílias atingidas, apresentação dos resultados do Programa de Monitoramento do Lençol Freático e inclusão de novos pontos de monitoramento.

Abre aspas. O principal problema observado é a condição da água que está sendo consumida pelos moradores, uma vez que apresenta, a olho nu, alto grau de turbidez e uma consistência espumosa, além de exalar mau cheiro(...).

Foi possível observar que o solo está úmido e que, possivelmente, esteja afetando as plantações, o que necessita de análise de um profissional habilitado para atestar qual o grau de influência da umidade do solo para os cultivos.

E – Joana D'Arc.

Compreende os Assentamentos Joana D'Arc 1, 2, e 3 e seis agrovilas, que projeto compreende mais de 1.000 lotes. A área que passou a sofrer uma série de impactos com a implantação da UHE Santo Antônio, sendo que no início da obra, centenas de famílias foram remanejadas, parte delas foram para o reassentamento Santa Rita. No entanto, a formação do lago avançou e os impactos passaram a se intensificar e abranger um número maior de atingidos. A elevação



do lençol freático e o encharcamento do solo, infestação de mosquito, isolamento das famílias remanescentes, entre outros, gerando a decisão da Justiça do Estado de Rondônia em favor da Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado de Rondônia e Ministério Público Federal para relocação de todas as famílias afetadas nos projetos de assentamento.

F) Reassentamentos: Em geral, os assentamentos apresentam problemas semelhantes.

1. Correção do solo.

2. Continuidade do Programa de Remanejamento da População Atingida até atendimento de seu objetivo principal, restabelecer condições de trabalho e geração de renda não inferiores ao que se apresentava anterior ao empreendimento.

3. Inclusão dos reassentados que praticavam a pesca antes da realocação no Programa de Apoio às Atividades Pesqueiras e execução de ações emergenciais.

4. Reparo nas casas com danos nas estruturas, como rachaduras, infiltrações, pisos soltos, entre outros.

5. Resolução dos problemas de saneamento dos reassentamentos que apresentam poços de água para consumo humano com contaminação e o transbordamento de fossas.

6. Entregada reserva legal dos lotes e regularização fundiária.

G) Não autorizara expansão da UHE Santo Antônio até o atendimento de todas as obrigações pendentes.

**João Marcos Rodrigues Dutra** - Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens/Rondônia.

“Águas para vida! Não para morte!”

Eu vou passar uma cópia para vocês, eu queria perguntar para todos que se encontram presentes, a leitura do MAB aqui, do Movimento dos Atingidos por Barragens contempla vocês dos três? Ninguém quer colocar nenhuma ressalva aqui, nada? Então o que foi falado aqui é o que vocês necessitam. Quer fazer uso da palavra? Então venha até aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Boa tarde a todos. Queria agradecer o Hermínio Coelho, o Boabaid; agradecer a todos que compareceram para esta audiência, e eu gostaria de falar uma coisa bem sincera, para mim o Governador Confúcio Moura tem que criar um pouco de vergonha na cara de mandar um projeto de lei para a Assembleia sem mesmo pisar o pé em Jaci-Paraná onde deu mais de 1.500 votos para ele e ele não foi lá nem para saber como é que está a situação da nossa comunidade, dos nossos moradores, dos nossos empresários, mandar o projeto para cá ele foi muito competente para ser aprovado, mas ele teve capacidade de ir lá para sentar conosco para ver a nossa situação? O Governo de Rondônia, o município não pensou em momento algum de fazer o pós-usina, a única coisa que ele quer saber é de pegar o dinheiro dos royalties que dá mais de 117 milhões de grana, ele não quer saber se as nossas crianças estão ali sofrendo com mosquito, se nós estamos bebendo água podre, que o nosso comércio caiu 90% de movimento. O Governador Confúcio Moura não quer saber disso, o prefeito também não quer saber disso, mas quando chega na época da campanha vai lá pedir voto, cadê o relator desse projeto o Adelino Follador? Ele tinha que estar aqui por obrigação, ele é relator do projeto. Então tem que aprender a respeitar nós, nós pagamos impostos para

pagar o salário deles, nós temos 24 deputados no Estado de Rondônia, 24, temos o presidente da ALE que tem uma fazenda lá do lado, temos também o Deputado Jean Oliveira, tem que brigar pela nossa região. As usinas na época que veio aqui fizeram a maior graça lá em Jaci-Paraná, apresentou o bom do melhor, tinha tudo, a praia era a coisa mais linda do mundo, hoje a praia tem seis postes fincados, cinco quiosques e que se dane o resto, não cuida da nossa cidade, agora para gerar renda, para gerar grana apresenta isso aqui, vem cá faz um bocado de número. A energia mais cara que paga é de Jaci-Paraná, um empresário paga sete mil reais só de energia do seu comércio, o morador paga 400 reais para quem ganha meio salário, um salário, isso aí não estão preocupados não, o governador não está preocupado, a usina não está preocupada, não está de jeito nenhum, agora para vim cá, mandar o projeto bonitinho, a Santo Antônio mandar um relatório para o governador ele está tudo ok. Alguém de vocês ficou sabendo pelos deputados que hoje tinha uma audiência pública? Não, não ficou sabendo. Sabe que dia era essa audiência pública aqui? No dia que faleceu o deputado, ninguém ia nem vir. Então assim, para pegar aqui o relator, os responsáveis pelo projeto que está aqui e ir lá em Jaci-Paraná, no Joana D'Arc todos os que estão impactados ninguém vai para saber como é que está a nossa situação. O governador, a usina, não pensou no pós-usina, não pensou de deixar duas, três empresas gerando emprego, não deixou. Então é muita sacanagem do Governo, dessas Usinas não respeitarem nós, entendeu? E pode ter certeza, pode ter certeza, eles vão aprovar esse Projeto se nós não ficarmos de cima. Por mais que tenha dois, três deputados, a maioria vence, pode ter certeza, entendeu? Nós não podemos desistir, nós vamos para a luta sim, temos direitos, e eu quero fazer uma pergunta para o Guilherme, onde que é a cota 77.10 dentro da área urbana de Jaci? Porque é o seguinte, a ANA - Agência Nacional de Águas, determinou que até 31 de dezembro de 2016, têm que ser realocadas, quais as residências e a localidade, senhor Guilherme, que vai ser retirada até 31 de dezembro de 2016? É outra pergunta. Cadê os projetos? Ele vai responder depois, ele está anotando ali. Cadê os dois projetos das escolas Estadual Maria de Nazaré dos Santos, que está dentro da área de APP? Foi alagado 1m80cm. Escola Vicente Rondon? E onde que a ANA - Agência Nacional de Águas determina que tem que suspender a BR 2,20m, cadê? Não tem projeto, até agora não apresentou nada para a comunidade. Isso eu também quero saber. Eu quero saber também se a Usina, mais o Governo de Rondônia e o município vai poder deixar lá para nós, o pós-usina, que é a geração de empregos. Alguém aqui, depois que terminar a Usina de Jirau vai ter emprego para trabalhar, gente? Nós vamos comer o que lá, pedra? Então assim, nós temos que cobrar as usinas, mas o Confúcio Moura também, 90% é culpado, porque ele é o Governo de Rondônia, e tem obrigação de dar para nós, estudo, educação, saneamento básico e segurança. Sabe aonde que a Polícia Militar de Rondônia mora, trabalha? Dentro da ambiental, porque não teve a capacidade até hoje, de construir a nossa UNISP, que desde 2011 ele se comprometeu com nós, até 5 mil metros quadrados terreno ele já ganhou do Antônio Jaçanã. Então, o Confúcio Moura tem que aprender a respeitar nós também, porque nós votamos nele. E a nossa UPA que até hoje, é uma vergonha para o município, para o

Governo, entendeu? E para as Usinas também, ter uma obra de 75 leitos, 75 leitos, e os nossos doutores, falar de ir para Nova Mutum, porque não tem um local digno para trabalhar. É uma vergonha para o Estado, é uma vergonha para a Usina! Enquanto as nossas crianças, os nossos doutores, a nossa comunidade estão lá se lascando no postinho que mede 20mts quadrados. É vergonha, isso é vergonha para um Governador mandar um relatório para cá, para ser aprovado debaixo de um pano, porque ia ser aprovado sim, pode ter certeza. Se não tem 3, 4 Deputados a favor da nossa comunidade, ia ser aprovado. É igual o Deputado Hermínio Coelho falou, tem que estar em cima. Ainda bem que tem o Deputado Jesuíno Boabaid, tem mais alguns outros Deputados que estão do nosso lado, certo? O nosso porto, Jaci-Paraná não tem um porto digno, não tem nada, pode ir lá ao lago, você não vê nem água, tanto pau e toco que tem. Os nossos empresários, agora nós estamos vendendo sabe para quem? Para nós mesmos, é para nós mesmos que nós estamos vendendo, sabem por quê? Porque ninguém pensou no nosso futuro. Mas você pode ter certeza que daqui a dois anos vai ter muito neguinho lá pedindo voto, igual está agora. Comunidade, em nome da Associação Comercial, em nome da comunidade, pode ter certeza, que têm algumas lideranças que não podem falar aqui hoje, não vamos aceitar assinar esse projeto enquanto não resolver essa situação nossa. Não vamos aceitar! E convoco todos vocês, se eles assinarem debaixo de um pano, que segure o taco, porque agora o bicho vai pegar, pode ter certeza. Está aqui o relatório, que o IBAMA esteve em Jaci-Paraná, condenando a maioria dos comércios e residências nessas ruas. Está aqui o laudo do IBAMA, então não tem conversa, não tem mentira, é prova no papel, é prova. Está aqui, a ANA determinando que têm que ser retiradas, até 31 de dezembro de 2016, várias residências. Agora, até aonde vai, faço essa pergunta ao senhor Guilherme, aonde vai a cota 77.10? E que mostre, mostre o mapa, porque nem o IBAMA teve competência e coragem de mostrar o mapa para nós, por quê? Porque quer fazer as coisas por debaixo de um pano. A situação da Hilário Maia, Sebastião Gomes, José Salé e a antiga Jaci, está horrível. Está comprovado, eu protocolei esse relatório aqui, do IBAMA, com o Deputado Adelino Follador, que é o relator do projeto. Eu queria que ele estivesse aqui hoje, ele não está. Como é que faz uma Audiência Pública sem o relator do projeto, me fala? Não tem como, porque é o seguinte, como é que ele vai pegar e falar como é que está a situação? Eu peço, eu peço, em nome da Associação e dos comércios que essa Comissão do relatório vá até essas áreas fiscalizar e veja como é que está realmente, Deputado. Vá a Jaci-Paraná, vá ao Joana D'Arc, vá aonde for preciso, porque se Deus o livre acontecer novamente uma nova enchente, nós estamos mais lascados ainda, porque hoje não tem dinheiro nem para pagar nem praticamente a janta. Tem que vender o almoço para comer na janta, certo? Então assim, agradeço muito estar aqui. Vamos lutar sim. Jaci-Paraná, gente, é brincadeira, tinha que por obrigação pagar energia mais barata do Estado de Rondônia, obrigação! Nós temos nosso território, nosso, duas usinas das maiores do Brasil, duas. Cadê nossa compensação? Cadê? Cadê nossa energia barata? Cadê? Cadê, daqui a uns dias, para nós começar a ter o nosso salário? Aqui tem, hoje, empresário que está vendendo R\$ 100 por dia. Teve a época da abundância? Teve. E agora, na nossa

época agora, que todo mundo vai embora, mas a usina vai gerar, vocês viram aí? Entendeu? Então assim, vamos cobrar sim, mas não é só da daqui da usina não. Nós temos que cobrar também do governo de Rondônia, nós temos que cobrar do Prefeito, tem que cobrar de quem for responsável. Mas assim, gente, hoje nós viemos nessa quantidade, na próxima nós vamos trazer a metade de Jaci para a Assembleia. Nós não vamos aceitar! Muito obrigado e gostaria que o senhor me respondesse essas questões, beleza? E muito obrigado por estar nos ajudando, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, muito obrigado de coração. Boa tarde a todos.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Deixa só, eu parabeno o discurso das pessoas, que é uma manifestação. Por isso que as Audiências Públicas, lógico, dentro de uma democracia, sem ofender a honra de ninguém, sem ter ofensa. Dizer sobre a Audiência Pública. Infelizmente nós temos uma agência aqui, um sistema de publicidade que é um lixo. Eu vou falar novamente aqui, é um lixo. Infelizmente, eu posso falar com essa palavra, é péssima, é péssima! Eu já falei com o Presidente, falei com o chefe de Gabinete dela, e vou fazer aqui novamente, fiz um discurso ontem, convidei todos os moradores, é para de imediato uma agência realmente que prestasse, colocasse aqui, qualquer programa na rádio, televisão, aí fica passando lei que não tem nada a ver, fazendo um monte de besteira, dizendo que não teve aumento de imposto. Olha, Deputado Hermínio, a gente tem que fazer já uma Comissão Especial para apurar dentro da Assembleia esta questão. Esse discurso do senhor não é porque ninguém está escondendo não. É porque infelizmente essa nossa publicidade é um lixo, é ruim. Até do Governador é melhor. Mas infelizmente nós não temos pessoas habilitadas. Tem recurso que gera em torno de R\$ 12 milhões para dar publicidade e no momento que é para passar uma coisa que é de suma importância não dá publicidade. Aí fica com outdoor, com um monte de coisa só inutilidade, sem realmente passar alguma coisa necessária. Eu vou falar, nem que eu tenha... Olha, eu sou membro desta Casa, eu sou membro assim como o Deputado Hermínio. A próxima vez que essa publicidade for para a imprensa, nem que eu tenha, eu mesmo, que com uma ação contra a Assembleia, para embargar. Eu vou pedir relatório agora, dessa questão, vou começar a criquilar dentro da Casa, do jeito que eu estou fazendo com o governo, que eu sou realmente cri-cri, que eu sou realmente uma pessoa que vivo buscando entender a matéria, fazendo os devidos requerimentos. Mas é inaceitável, a sua fala é como se fosse a gente não convidou, mas fez. É por isso que eu hoje estava lá na, Deputado Hermínio, só para explicar para eles, lá na Engenharia da Assembleia, conversando com alguns engenheiros, arquitetos para falar quanto à implantação da TV Assembleia, da rádio Assembleia. Ele falou: "Deputado, se o senhor não vier aqui, daqui a pouco a gente fecha, não tem nem como passar todos os cabeamentos, todos os materiais aí, os recursos necessários para implantação". É por isso que eu defendo a TV Assembleia, defendo a rádio Assembleia, para a gente dar as devidas publicidades. Para a gente mostrar para o povo quem é que de forma verdadeira trabalha neste parlamento. Aquele que realmente atua, aquele que realmente está em nome do povo de Rondônia. É isso que eu quero. E esse é o compro-

misso do Presidente Maurão, esse é o compromisso que eu tenho com ele. Já tenho o indicativo, fizemos um documento, eu e o Deputado Hermínio estivemos na Anatel, estivemos no Senado, estivemos na Câmara, vou querer a implantação dessa TV Assembleia para que isso não ocorra. Outra coisa, eu sou membro da CCJ, eu sou membro da CCJ, qualquer Deputado pode ser o relator. Ele pode trazer o voto favorável, mas eu já tenho ciência de que ele não vai ser favorável, ele não está favorável ao projeto. Mas se ele trouxer o voto favorável eu peço vista no projeto e trago o voto contrário. Isso são formas regimentais dentro da Casa, esse processo para tramitar ainda falta muita coisa, ainda tem muita coisa. Graças a Deus eu me debrucei ao conhecimento às formas regimentais, a todo conhecimento do parlamento, senão, meu amigo, eu também era passado aqui igual a trator, a gente ficava menino. Eu vou passar a palavra para o Deputado Hermínio.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Eu só queria dizer o seguinte, Deputado Jesuíno, se não fosse eu e Vossa Excelência aqui, esse projeto já tinha sido aprovado há muito tempo. Isso vocês podem ter certeza. Podem ter certeza absoluta disso. E eu queria dizer que qualquer companheiro que falar qualquer coisa nesta tribuna, se alguém tiver a cara de pau de entrar com alguma representação por calúnia ou porque falou algum palavrão eu consigo um advogado para vocês, eu pago, eu tenho o prazer de pagar um advogado para vocês. Porque primeiro, não entra porque não tem coragem e você falou, é que nem o Deputado Jesuíno estava falando aqui, a Assembleia tem que dar publicidade é a voz desse povo, esse povo falando, pelo menos para eles ouvirem, para eles ouvirem, o povo ouvir a sacanagem mesmo que é. A nossa Jaci, quantas vezes eu não saia daqui o final de semana ia para a prainha de Jaci? Quantas vezes eu não fazia isso? Depois dessas Usinas eu nunca mais fui a Jaci, nunca mais, nem eu e nem ninguém desta cidade e nem de Guajará e de Rio Branco, vinha gente de Rio Branco para a prainha de Jaci. Hoje lá, o que ficou para vocês lá foi mais violência, a educação piorou, a saúde piorou, a prostituição, só ficou as coisas ruins para vocês, infelizmente. E aí vem para um debate, ninguém tem uma proposta, vocês não tinham que pagar mais barato, vocês tinham que pagar era todos que foram atingidos por essas Usinas diretamente, principalmente vocês do distrito aqui que ficam entre as duas Usinas, tinha que ser era zero, tinha que ser era zero o pagamento a energia. E outra coisa, os royalties, vê se esses royalties vão um centavo para algum de vocês, que acabaram com a vida de vocês. Não vai um centavo para vocês, vai para as mãos de Prefeitos e de Governador que não está nem aí para vocês. Por isso a oportunidade é esta, depois que aprovarem isso aqui vocês podem esquecer. Se nós tivermos que conseguir rever alguma coisa em benefício de todos que foram sacaneados por causa dessas Usinas, Deputado Jesuíno, esse Projeto, se for aprovado, meu amigo, acabou, se vocês entram na Justiça, talvez aqui a 50, 100 anos pode ter algum resultado que eu não sei nem se vai ter um dia. Por isso, Deputado Jesuíno, o Deputado Follador falou aqui que não votava a favor do Projeto e muitos outros, mas eu não confio muito na palavra desse povo não. Eu já vi eles mudarem muitas vezes a palavra aqui, eles falarem uma coisa, falarem que é vermelho, é vermelho e a tarde está rosinha ou verde ou de outra cor.

Por isso vamos, eu ajudo, eu sei que vocês têm condições de pagar o ônibus e trazer a população de Jaci, mas se precisar eu também ajudo pagando ônibus para trazer a nossa população de Jaci e de toda região, para lotar esta Casa e não deixar de forma nenhuma esse Projeto ser aprovado sem primeiro resolver os problemas pendentes que têm quanto a toda a população nossa aqui que foram afetadas diretamente com essas Usinas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Compromisso firmado tanto o Deputado Hermínio e o Deputado Jesuíno, enquanto tiver procedimentos aqui, porque também a gente tem a nossa limitação, mas como tem muita documentação, farta documentação que ainda não foi respondida, infelizmente, ou, para mim é felizmente que vocês “vão passar sim”. O Guilherme vai receber, já recebeu a cópia da Pauta da MAB e eu queria, Guilherme, se você tiver condições de responder ao cidadão que antecedeu a minha fala, essas três perguntas, se você tem como responder essas perguntas que foram feitas. Eu queria que tivesse como ou alguém habilitado para responder.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Ok! Eu ainda não respondi a nenhuma, Deputado. Eu percorro todas, percorro a pauta, qual a ordem?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – A pergunta do cidadão lá, eu achei interessante.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Do Carlos, da Associação Comercial, está bom.

Bom, vamos lá, Carlos. De fato, existe uma determinação da ANA que redefine a cota de proteção a qual Jaci-Paraná está submetida. Isso aí foi revisto em função da cheia histórica e em função da revisão do remanso do reservatório, o senhor mostrou aqui um Ofício da ANA que determina que isso seja feito até o final de 2016. Ocorre que a gente, depois desse Ofício esteve lá, fez uma reunião, existe uma Ata de Reunião, dessa reunião em que ficou definido que isso seria feito ao longo de 2017, está?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vamos deixá-lo falar, vamos deixá-lo falar.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Deixa eu terminar de falar.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Deixa ele falar, por favor.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Isso então está programado para ser feito ao longo de 2017, tanto a retirada dessas famílias que estão abaixo da quota 77.10 quanto à elevação da BR-364 naquele trecho que aí é o equivalente a uma quota 77.40.

Quanto aos Projetos, o senhor fez uma pergunta sobre os Projetos. Esses Projetos já estão elaborados, os Projetos de elevação da BR, já houve uma tratativa dos pré-projetos com o DNIT. A gente está em fase final de elaboração dos Projetos Executivos para submetê-los ao DNIT. Então, isso está sim programado, mas para ocorrer em 2017, porque houve



um andamento depois desse Ofício que o senhor falou aqui na tribuna. Em termos de quantidade de famílias, isso tudo está expresso em documentos públicos, esses documentos estão aí e ficaram disponíveis pré-audiências públicas, quer dizer, são aí em torno de 200 propriedades afetadas, o senhor sabe, participou de reuniões pela Associação Comercial em que ficou claro, que uma parte do comércio vai sim ser afetado, então, o senhor tem essa informação. Em relação a mostrar o mapa, eu não tenho aqui, mas o senhor também participou de várias reuniões e penso que parte da comunidade aqui presente também, nas oficinas esses mapas foram apresentados e eu tive oportunidade de uma reunião aqui na cidade com a Associação Comercial em que tinham pessoas com diversas opiniões a respeito, pessoas que querem sair, pessoas que querem se indenizadas de diferentes correntes dentro da Associação e fora da Associação em que a gente estendeu um “mapa”, abriu, mostrou isso para as pessoas que estavam lá presentes. Então, isso tanto está em documentos públicos, quanto foi apresentado aos senhores da Associação Comercial.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – O senhor fazer, liga o microfone, pode falar para ficar registrado, pode falar.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Aquele mapa que vocês apresentaram lá, é a cota 77.10?

**O SR. GUILHERME ABAD** – 7710.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – 7710. Aquele é o mapa oficial da ANA, Agência Nacional de Águas?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Aquele é o mapa que foi produzido pela Santo Antônio e apresentado a ANA e ao IBAMA. Obviamente, aqueles mapas tem as cotas e que foram apresentadas, a gente apresentou shapefiles e todas as informações necessárias para que eles pudessem averiguar a informação. Então, as curvas de níveis, os shapefiles estão todos com esses órgãos para que eles possam aferir se aquela linha, é a linha correta ou não.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Pois é, porque é assim. Todo mundo fala que vai tirar só um pedaço da Sebastião Gomes, praticamente ali em torno de 100 metros. O lado esquerdo vai ficar totalmente descoberto pela comunidade, pelos outros comércios e até hoje nem a Santo Antônio e nem a ANA e nem o IBAMA passou oficialmente aonde é a cota 77.10.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Carlos, a 7710, ela pega um lado da Sebastião Gomes, isso não significa que a gente vai tratar só de um lado dela e a gente conversou sobre isso na reunião com os comerciantes, com a Associação Comercial. A gente vai precisar conversar com o comércio para achar uma solução conjunta...

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Sim.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Porque obviamente quando você mexe com um lado do comércio, o outro lado é impactado. Então, há que se achar uma solução para os dois lados do

comércio. Qual seja; refazer isso em outro lugar? Não sei, porque isso precisa ser discutido com os comerciantes, a solução e aí o senhor estava presente na reunião e sabe disso; está muito longe de haver um consenso...

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Com certeza.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Quer dizer, é uma parte grande pelo que eu entendi daquela reunião dos comerciantes quer ser indenizada, uma outra parte gostaria que aquilo, que a rua de comércio fosse reproduzida em outro lugar.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Não, hoje é 100% a indenização.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Então, veja o que se precisa é ter um consenso para gente discutir uma solução. Mas...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É assim, 100% de indenização?

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Sim, 100%. Porque é assim, nós marcamos uma reunião com a Santo Antônio, foi até um vereador que marcou essa semana, em cima da hora e estranhamente foi cancelada essa reunião. Então, assim, nós queremos sentar com eles, a comunidade, nós estávamos aqui em torno de mais ou menos 25 a 30 empresários e estranhamente todos os empresários aqui, foi cancelada a reunião.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Carlos, ela não foi estranhamente cancelada...

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Foi, porque já estava em cima da hora senhor Guilherme.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Ela foi cancelada, primeiro porque ela foi marcada por um vereador e apareceram dois...

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Exatamente, isso.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Com grupos distintos, sem que isso tivesse sido previamente acordado. Então, o que se estava estabelecendo ali era um conflito e não uma reunião...

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Até onde eu sei, era uma reunião.

**O SR. GUILHERME ABAD** – A segunda coisa, é que eu estava em Brasília. Então, não senti que haveria condição do Ivan tocar essa reunião sem a minha presença.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Ok.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Então, por isso, abertamente por isso a reunião não aconteceu.

**O SR. CARLOS ALBERTO JESUÍNO** – Tá. Guilherme, tirar só uma dúvida. Se na cota 7710, pega aquele lado direito, do

lado direito da Sebastião Gomes, aquele ziguezague que vocês arrumaram ali, igual uma cobra em cima de uma areia. Se caso, se caso vocês for querer tirar só o lado direito e o lado esquerdo, como é que vai ficar a situação de todos os empresários e morador?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Oh, Carlos, isso tem que ser discutido com vocês Carlos, isso vai ser construído com vocês. Isso não vai ser definido aqui, isso não vai ser definido aqui. Mas, já existe um compromisso e isso foi assumido com vocês e com a Associação Comercial e naquele dia com os comerciantes também, sem ser da Associação Comercial que essa solução vai ser construída com vocês. A gente sabe e entende que o comércio, um lado da rua depende do outro. Então, não há que se falar, na retirada de um lado sem falar do outro. Agora mais uma vez, eu volto a dizer que essa construção vai ser feita ao longo do ano que vem, ao longo do ano que vem.

**O SR. FÁBIO QUEIROZ** – Certo. E isso está em ata? A ANA nos respondeu alguns e-mails recentemente sobre uma nova data que a Santo Antônio vem solicitando, ela nos respondeu, a gente tem os e-mails dessas respostas deles, que não teria de forma nenhuma uma nova data. A ANA afirmou isso, não tem uma nova data. Então nós precisamos da ata dessa reunião, precisamos desse ofício, precisamos de documento.

**O SR. GUILHERME ABAD** – A gente tem a ata de reunião.

**O SR. FÁBIO QUEIROZ** – Então ok. Nós queremos ela em mãos, é possível?

**O SR. GUILHERME ABAD** – Solicite que a gente apresenta.

**O SR. FÁBIO QUEIROZ** – Outra observação, só complementando...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Espera aí. A gente não está discutindo, se for para discutir, você está discutindo a questão, se for para discutir todo mundo... aí está discutindo a pauta porque eu entendo, é interesse de cada um, aí a reunião vai estender horas e horas, a gente pode marcar, você responde de forma oficial e aí o que você achar por bem...

**O SR. GUILHERME ABAD** – A gente pode responder a pauta de forma oficial, não tem problema. Veja, eu queria colocar alguns pontos que são mais gerais, se o senhor me permitir. Sobre o lençol freático, é o primeiro ponto. Lençol freático é uma das questões que vem acompanhando o licenciamento e que foi muito questionado tanto nas oficinas preparatórias para as audiências públicas quanto nas audiências que a parte delas que aconteceu. A gente, já existe uma disposição e a gente vinha conversando sobre isso com o Ministério Público de aumentar essa malha amostral, de melhorar o modelo de lençol freático especialmente nas duas áreas onde isso é muito questionado, porque o nosso modelo não mostra essa afetação, que é no Joana D´Arc e em Jaci-Paraná, em que se alega uma afetação em termo de qualidade de água e de nível do lençol freático. Então a proposta que a gente tem é de fazer isso, fazer isso com acompanhamento do Ministério Público obviamen-

te se for de interesse do Ministério Público, em havendo comprovação de afetação, tratar essa afetação. Isso é algo que já foi dito, inclusive, em frente do próprio Ministério Público, a gente pretendia apresentar essa solução, inclusive, na audiência pública, mas não chegou lá. Outro item que eu acho que é recorrente em várias pautas, é a questão do mosquito Mansonia. A gente iniciou uma atividade no Joana D´Arc que é um dos locais onde isso é uma atividade proativa e que foi iniciada agora em agosto, e se pretende fazer telagem das casas, isso não é uma solução definitiva como está aqui solicitado, mas fazer telagem das casas, das pessoas residentes lá no Joana D´Arc. Essa atividade começou pelas linhas, se eu não me engano, finais, não é isso Welson? A 17 e vai se aproximando aqui da cidade, a ideia é terminar esse trabalho em novembro. Paralelamente a isso e aí, é que se pretende uma solução ou a busca de uma solução e de um entendimento do problema mais definitivo, porque é importante que se diga que essa questão da Mansonia, ela é muito pouco entendida cientificamente, a gente já fez um entendimento com pesquisadoras da USP, da UNESP, da Fiocruz e do UEAP/Amapá e está fazendo um projeto bastante grande para achar uma solução de controle de Mansonia e de entendimento da dinâmica da Mansonia ao longo do reservatório para que se possa fazer um controle efetivo, porque até hoje não se tem nada na literatura que demonstre um controle de fato efetivo desses mosquitos. Então a gente está trabalhando paralelamente em duas ações distintas e que são de curto prazo. Uma delas, ela se encerra em novembro, então essa telagem de casas no Joana D´Arc e a outra essa ação aí que é de pesquisa em busca de uma ação de controle efetivo, ela tem previsão e aí depende de uma série de coisas, mas, ela tem previsão de início, para janeiro do ano que vem, porque obviamente está em fase de elaboração do projeto por esses órgãos, é um investimento relativamente grande da empresa para buscar uma solução mais definitiva. Aqui Jaci-Paraná, a maior parte dos questionamentos dizem respeito a cota da ANA, como eu lhes falei, a gente tem um cronograma definido para isso ao longo de 2017, os documentos públicos a gente já tem quantidades de famílias, o cadastro dessas famílias ainda não está completo, então aqui está solicitando nome, enfim, um cadastro completo, isso ainda não tem disponível, então não tem meios de fornecer. Quanto ao abastecimento de água em Jaci-Paraná, tem uma estação de tratamento de água pronta lá que teoricamente é para atender ao distrito inteiro, isso é uma ação que a gente entende que é de Governo, a gente inclusive ofereceu apoio à CAERD com maquinário para que ela pudesse instalar a rede de distribuição, esse maquinário já foi doado à CAERD.

Assentamento Joana D'Arc. Bom, isso aqui é uma coisa que está judicializada, eu na verdade pouco posso falar a respeito disso em função da sentença que já foi dada, então talvez o Dr. Clayton queira se manifestar, mas eu não posso nem me manifestar a respeito dessa sentença. Mas quanto aos problemas de lençol freático o tratamento é exatamente o mesmo, não é, os problemas alegados aqui em relação ao lençol freático que eu acho que é o principal problema além dos mosquitos que eu já falei. A ideia é fazer esse aprofundamento na modelagem e da avaliação que já é feita com o acompanhamento do Ministério Público pari passu e na medida que

fique comprovado ou que reste comprovada essa afetação a gente se compromete a indenizar as famílias que estejam comprovadamente afetadas.

Reassentamentos. A gente tem feito uma tratativa importante e aí isso aqui é caso a caso porque cada reassentamento é uma realidade completamente diferente, a gente cumpriu, entende que cumpriu as condicionantes, boa parte desses reassentamentos já contam com ações judiciais ou Ações Cíveis Públicas, então também eu não tenho como dar muitos detalhes, mas a gente tem avançado junto com o Ministério Público na tentativa de chegar a acordos nessas Ações Cíveis Públicas atendendo grande parte dessas pautas que aqui estão expostas. Então a ideia é que se faça e que se atenda essa pauta na medida que a gente feche esses acordos. Um ponto importante que está colocado aqui em termos de qualidade de água, mais uma vez, aqui o tratamento é o mesmo e esse para o caso dos assentamentos já está contratado e a gente já está iniciando os trabalhos, e mais uma vez eu acho que o acompanhamento do Ministério Público é salutar, é fazer análise de água desses postos que é mais dos reassentamentos que é uma reclamação recorrente que a gente também não identifica como uma coisa generalizada e também na medida que isso seja identificado a gente vai solucionar. Para o maior dos assentamentos a gente está bastante avançado que é o assentamento Santa Rita para essa questão.

Reserva legal. Reserva legal a gente está fazendo a regularização, a gente está terminando a aquisição das áreas para os assentamentos em que a gente já não tinha áreas adquiridas próximas a esses assentamentos, e a grande dificuldade é essa, é achar áreas próximas, achar áreas com mata preservada, e aí existe uma discussão com a SEDAM dos locais onde não tem, as matas não são completamente preservadas fazer a recomposição dessas matas para fazer a entrega dessa reserva legal, mas é um compromisso que está em andamento e que a gente vai atender, obviamente. Mas a gente se compromete, deputado, a fazer uma manifestação formal a respeito disso com esse conteúdo próximo do que eu estou aqui falando, mais aprofundado obviamente, porque será por escrito, sobre essa pauta. Então as questões de lençol freático eu acho que eu consegui abordar, mosquito que é uma das grandes questões também, com o compromisso de resolver, e eu acho importante inclusive a participação de vocês para que o Ministério Público acompanhe essas questões. Porque a gente tem interesse que tenha credibilidade o trabalho, não é, na medida que a gente faz com técnicos contratados pela Santo Antônio sempre há o questionamento sobre a credibilidade do trabalho, então a gente está solicitando que o Ministério Público acompanhe a aferição desses poços e tudo isso para que não haja esse questionamento. Eu acho que é isso.

Perdão, eu só esqueci de abordar um tema que é segurança de barragem, que foi o primeiro tema. Quanto à questão de segurança de barragem, a lei foi regulamentada em dezembro de 2015, e segundo a nossa classificação, que a gente é classificado como B, como risco B, a gente tem até o final do ano que vem para fazer a apresentação do plano de segurança de barragem, isso é uma coisa que está na regulamentação da ANEEL, não é algo que eu esteja dizendo e também pode ser respondido sem problema nenhum de maneira formal.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Passo a palavra agora para o Sales, da SEDAM, para fazer uso da palavra.

**O SR. FRANCISCO DE SALES** - Aos presentes meu boa-tarde e, na oportunidade, trago os cumprimentos do Governo do Estado de Rondônia. É com grande honra que recebemos aqui o convite do Deputado Jesuíno; os nossos cumprimentos, o meu cumprimento ao Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno, proponente desta Audiência Pública; nossos cumprimentos também ao Deputado Hermínio Coelho; nossos cumprimentos também ao Coronel Bombeiro Luiz Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiro aqui do Estado de Rondônia; Dr. Anderson, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, representando a OAB nessa oportunidade; senhor Guilherme, Gerente de Sustentabilidade da Santo Antônio Energia; senhor João Marcos Dutra, Coordenador do MAB. Senhores, quem participou das Audiências Públicas que foram interrompidas, Jaci-Paraná, Porto Velho, infelizmente nós não tivemos nenhum avanço, até porque não houve o diálogo. E isso é ruim, porque nós poderíamos já ter avançado muito mais, porque só através de um diálogo é que vamos encontrar os denominadores comuns para resolver uma situação, principalmente dos afetados pelas Usinas. Naquela oportunidade, nas duas oportunidades, a gente sentiu a população, assim, sem querer ouvir. Mas os senhores têm que entender hoje ou pelo menos o que eu entendi, as seis turbinas estão prontas, com o processo ou com uma previsão de geração de energia para o mês de outubro ou novembro. Os impactos aconteceram, eles aconteceram. Entendam, eu quero calma dos senhores, entendam ou entendemos que quando eu falo Governo, isso eu me refiro ao governo federal, ao governo estadual, do município. Entendemos que não é interesse do governo passar a perna nas pessoas. Eu não acredito, eu não acredito, eu quero que os senhores entendam, não é assim. Entendemos também que a energia Santo Antônio...

**(Às 17 horas e 57 minutos o senhor Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)**

**O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)** – Um momento. Eu queria, vamos garantir a fala do nosso companheiro, no final vocês vão, façam o que vocês quiserem, mas vamos garantir a fala, vamos garantir a fala dele. Vamos ouvir, vamos ser educados e vamos ouvir a fala do companheiro. O senhor está representando aqui a SEDAM, o governo, não é isso?

**O SR. FRANCISCO DE SALES** – A SEDAM e falo pelo Governo também, que infelizmente só tem um representante do governo, e o Coronel Bombeiro, e ele também pode falar. Mas vamos lá, veja só, o Estado, com a elevação dessa cota, inclusive já fizemos todo o levantamento, é em torno de 670 hectares impactados dentro de unidades de conservação, fora as áreas que estão fora de unidade de conservação. E isso, o Estado, sem dúvida nenhuma, vai buscar o processo de compensação. E, por sua vez, os senhores precisam entender, aquelas pessoas possíveis, possíveis de indenizações, o representante de Energia Santo Antônio foi claro. Aqueles possíveis das suas indenizações serão indenizados. O que é que se precisa? Baseado nesse princípio de tudo, o que é que se



faz necessário? Precisa-se trabalhar um grande acordo, precisa-se trabalhar a busca desse projeto, análise do projeto de fato, para que se venha atender as reais necessidades da sociedade ou das comunidades afetadas. Nós não podemos, por exemplo, têm pessoas que são afetadas individualmente, se são afetadas individualmente, são passíveis de indenizações. Aquelas que tangem a comunidade, aquelas que referem à comunidade como um todo, aí tem que se buscar soluções governamentais para que se resolva a problemática da região. Assim, os impactos, todos já conhecem e não adianta, não é novidade para ninguém, os impactos existem da região, existem, é claro. Agora, nós não podemos cegar e dizer que não existia. Eu passei naquela região, eu não conhecia a região em 2002, 2003, suas dificuldades, suas problemáticas, naquela época, eram muito grandes. Muitas vezes, nem hotel tinha para você pernoitar. Era complicadíssimo. Não estou dizendo que hoje a sociedade não passa pelas suas dificuldades, mas a gente vê uma sociedade mais organizada. Buscar do governo implantação de alguma indústria, algum sistema que venha gerar crescimento e renda para a população, é uma obrigação, é um trabalho de governo com os senhores da comunidade organizada. Porque se nós não fizermos um grande pacto, Deputado Hermínio e Deputado Jesuíno, um grande pacto de buscar de verdade, estudar caso a caso, de estudar cada caso, atender as condicionantes, buscar que as instituições públicas possam atender as condicionantes que já existem, então é isso que nós precisamos ou então nós não vamos encontrar solução. Os senhores dando vaia no governo ou não, isso não resolve. Nós precisamos de solução, concreta. Os senhores já têm uma demanda já apresentada, inclusive o Deputado já leu, já levou para a sociedade os reais interesses, verificar o que o governo e empreendimento já atenderam os senhores e buscar atender de fato aquilo que está em aberto. Eu, por exemplo, eu não sou contra a sociedade, principalmente aqueles que sofreram danos direto ou indireto, precisa o Estado, juntamente com o empreendimento, encontrar mecanismo e solução. Se nós, nessas duas últimas Audiências Públicas e outros encontros, se nós tivéssemos discutido tecnicamente, juridicamente, talvez nós já estivéssemos muito mais adiantados e assim vocês resolverão o problema de vocês. Não vejo outro caminho. Muito obrigado, um abraço.

**O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)** – Obrigado Sales. Sales, é ruim defender esse governo. Não é fácil. É tarefa difícil. Agora nós vamos passar a palavra aqui para o nosso Coronel Rodrigues, do nosso Corpo de Bombeiros aqui do Estado de Rondônia.

**O SR. LUIZ RODRIGUES** – Muito obrigado, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno. Quero agradecer a presença de todos. Quero, inicialmente, em poucas palavras, João, nós já estivemos em lados opostos, nunca fui seu inimigo, embora não defenda, talvez, com tanta veemência a sua maneira, mas hoje, a minha conversa vem no mesmo sentido da sua. Eu sou aliado seu quando vejo você comentar algumas coisas e eu sei, e eu vivenciei isso. Talvez a SEAS e a SEAE que aqui estão, a Dra. Aídee usou um termo e é muito correto. Os assentamentos foram, no mínimo, equivocados. Os reassentamentos foram equivocados, eles não estão, as pessoas falam, isso chega

indiretamente, por vários meios de reclamações e a gente vê isso. Isso é latente. Isso chega para nós e eu não falo nem como Corpo de Bombeiros, eu falo como Defesa Civil. As pessoas que foram reassentadas, claro que não na sua grande maioria, mas uma grande maioria se ressentem e não se vê mais identificados com aquele local, não se sentem mais o ribeirinho que era, ou morador de Jaci que era, ou morador de Joana D'Arc que era, não se sentem mais assim. Algo ocorreu com essas pessoas, algo ocorreu na maneira como isso foi feito e isso os afetou, é inegável. Isso, eu enquanto Defesa Civil vejo, mas eu digo, SEAS, a SEAE, as Secretarias Municipais de Assistência Social convivem mais diretamente e podem realmente acertar e dizer isso até com mais propriedade do que eu, mas eu já digo e já ratifico isso aos senhores. Outro aspecto que eu julgo importante, o Guilherme citou, mas eu quero frisar isso, se a lei foi refeita agora em 2015, no questionamento das barragens, e ela foi refeita já, face ou atentando ao que lamentavelmente ocorreu logo depois em Minas, nós tínhamos uma legislação anterior e nós temos que ter uma legislação que responda isso de imediato, Guilherme. Não deixe chegar a isso, não deixe esse tempo chegar para que efetivamente a gente comece a fazer isso com maior propriedade. A gente tem uma grande usina no local, a gente tem muita gente morando ali, a gente teve um incremento muito grande, populacional e é fundamental que a gente possa ter uma resposta escrita, formal disso e isso se traduz num plano de emergência, um atendimento de usina, não só de Santo Antônio, eu falo de Santo Antônio porque está aqui, mas de Jirau também. Então essas pessoas, principalmente Jaci que fica ali no meio e sofreria, Deus o livre, em ocorrendo algo com Jirau e ocorrendo algo com Santo Antônio então é fundamental que haja sim uma resposta para isso. Outro aspecto, que é isso que o senhor Carlos comentou, quando, se nós, porventura, elevarmos, isso que a ANA citou, a ANA citou 2,20m de elevação da BR-364 por quê? Porque o ideal é 50 cm da máxima prevista do rio, como ele chegou em 29 de março a 1,78m, 1,80m acima, então você coloca aí mais 0,50, 0,40, 50cm dá os 2,20m da ANA, mas se nós colocarmos os 0,80 previsto agora para aumentar, então já tem que raciocinar com 3m. Então, se aquilo que foi apresentado dizendo que há uma elevação de 80cm tem que se presumir também que haja no eixo da BR uma elevação semelhante a isso até porque a média histórica que foi calculada furou, ela furou em 2013/2014 e superou tudo.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Então ela foi recalculada, o Projeto da BR leva em consideração o cálculo depois da cheia, a definição foi feita pela ANA levando em consideração a cheia, esse é um ponto. O outro ponto é o seguinte, para vazões altas o reservatório não vai estar 80cm acima. O Projeto básico complementar alternativo é o seguinte: você está na 71,30 tem uma vazão de 36 mil e duzentos metros cúbicos por segundo, depois você abaixa para o reservatório como ele é hoje. E uma vazão como essa é de 55 mil, ou seja, não procede.

**O SR. LUIZ RODRIGUES** – Eu entendo, eu estou fazendo uma análise fria até porque você ali não entrou nesse mérito, você colocou subindo 80 a mais e eu raciocino com a matemática simples como o Sr. Mário fez também, eu digo olha: “vamos

pensar nisso". Mas o que lamentavelmente a gente observa é que aqueles cálculos também de 2013, em 2014 lamentavelmente eles não foram ou não nos atenderam no que nós imaginávamos. Claro que havia uma obra que estava em andamento e conseqüentemente a água passava só por um leito. Hoje está tudo aberto, hoje a água vai ter uma vazão maior, mas enfim, é algo a se pensar e outro aspecto, que eu cito como último, é a questão da qualidade da água. A questão da qualidade da água, eu sei que você não é a CAERD, eu não estou dizendo de você, mas os Deputados saibam disso também, que a questão da qualidade da água para melhorar a qualidade de vida desse pessoal, porque isso não tem compensação que pague. Então, é fundamental, a gente, nós uma estratégia de Governo, como o Sales falou, para melhorar essa questão de atendimento de água porque senão nós vamos, por mais ressarcimento que haja de um lado, os filhos de vocês vão sofrer do outro. Então, é fundamental que a gente repense isso e ache uma forma de tratar as questões do subsolo, do tratamento d'água. Eu não sei de que maneira, mas nós, durante a enchente, em muitas ocasiões, junto com o município entregamos água no local ali, só que isso parou e hoje existem laudos e documentos que provam que essa água não está condizente ao consumo e isso para quem já está num local que foi tirado dali, que sofreu com todas essas mudanças que teve e ainda nem água ele tem ainda, está sofrendo com mosquitos que foi uma coisa que ninguém presumiu, mas, ocorreu também. Então, realmente, é uma situação muito difícil. E eu penso que nós poderíamos pensar isso em conjunto. Eu quero parabenizar o Deputado Jesuíno por essa atividade mais uma vez que o senhor tem de vir à frente, de colocar o seu nome para brigar por isso. E essa é uma briga boa, é mais uma briga que eu estou junto com o senhor para apoiá-lo no que for necessário, para apoiar as pessoas que aqui estão no que for necessário, para que a gente possa, dentro de um grande conjunto, discutir isso e avançar mais nessas questões. Muito obrigado a todos e boa tarde.

**(Às 18h10min, o senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)**

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Obrigado, Coronel Rodrigues pela sua fala, pelo seu posicionamento, é louvável, uma pessoa técnica, que foi o Diretor da Defesa Civil.

Eu vou passar a palavra agora novamente para o representante da MAB para falar sua explanação. Mas antes, eu não sei se você vai falar, eu queria dar publicidade. Uma senhora me entregou um documento sobre a nota informativa, você vai falar sobre isso? Você tem esse documento?

Eu queria dar publicidade a Santo Antônio que diz que a "Resolução 662/2010, caso a Santo Antônio Energia não cumpra com o prazo estabelecido pela ANA para a relocação da parte urbana de Jaci-Paraná, por fim encaminhado apreciação sem acordo, sugiro tramitação da Corregedoria da ANA para subsidiar resposta no SIC."

Então é um documento que foi encaminhado da Sra. Superintendente de Fiscalização.

"Assunto: Resposta, ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em complementação a nota informativa 44/2016 que trata sobre um processo instaurado na ANA que responde

a solicitação da informação ao cidadão Luiz Carlos de Oliveira, contidas no documento referente. Informo que serão adotados procedimentos previstos na Resolução 0662, caso Santo Antônio não cumpra com prazo estabelecido pela ANA para relocação de parte da área urbana de Jaci-Paraná".

Esse documento já foi juntado, foi encaminhado para o Relator, no caso foi o Deputado Adelino Follador e tem outro documento também, só que esse é mais antigo que deve ser o complemento do processo que foi instaurado em nome do solicitante, Luiz Carlos de Oliveira. Vou passar novamente a fala ao representante da MAB.

**O SR. JOÃO MARCOS DUTRA** – Eu queria retomar a fala passando uma informação para todos, hoje em Brasília está tendo a reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos e recentemente, em junho, esse ano a gente teve uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Começar a fala com o informe que em junho desse ano a gente teve uma missão aqui em Rondônia com o advogado do Conselho Federal da OAB, um Juiz da Associação de Magistrados Brasileiros, com a Organização de Direitos Humanos e Justiça Global e uma advogada do Movimento dos Atingidos por Barragens, onde foi feita uma relatoria especial que já foi aprovada pelo plenário, pelo Pleno do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que é um órgão com mandato, um órgão que tem atribuições previstas em lei com caráter das recomendações que têm que ser cumpridas pelo Estado e entre as recomendações que estão no relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos, está que: sejam reconhecidas todas as famílias atingidas ao redor do reservatório, incluindo na área de Jaci-Paraná e que essas sejam tratadas conforme os critérios do Plano Básico Ambiental e recomenda-se ainda que não se realizasse as audiências do processo de licenciamento do IBAMA para consulta sobre o PBCA, por que as mesmas violaram uma série de princípios da audiência pública e o regulamento do CONAMA e recomenda-se que não se autorize o aumento de cota da Santo Antônio. Esse relatório vai ser publicado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, nós vamos encaminhar para esta Casa, para o Executivo, as recomendações que não forem acatadas, elas vão ser informadas para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e para o Alto Comissariado da ONU, o pessoal que está fazendo a relatoria de Direitos Humanos com a América do Sul, que hoje já tem conhecimento de que sistematicamente ao longo desses anos, a Santo Antônio Energia vem violando uma série de direitos humanos previstos não só nas legislações nacionais, mas, em tratados internacionais de direitos humanos e o Estado brasileiro não tem dado a devida resposta, isso não só o Executivo, mas, também o Judiciário de Rondônia, a 5ª Vara Agrária e Ambiental da Justiça Federal, ela tem uma série de decisões, inclusive, de caráter ilegal que tem ser compiladas e encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça. A 5ª Vara Ambiental e Agrária da Justiça Federal aqui em Rondônia, ela tem contribuído para o acúmulo de problemas gerados pela Santo Antônio pela perpetuação dessas injustiças. Eu queria, inclusive, o apoio aqui do advogado da OAB para estar nos ajudando na divulgação desse relatório que vai ser entregue dia 4, na audiência que a gente vai ter com a Procuradora Federal, Débora do Prado.

Retomando aqui, desculpem, o informe é meio longo, mas, ele é necessário. É muito triste o papel do representante da SEDAM que vem colocar o que o Estado não fez como culpa da própria comunidade, que é a verdadeira vítima, porque a SEDAM, ela não quis discutir com a comunidade o relatório que ela passou, o parecer dela sobre o aumento do lago antes, agora vocês estão dizendo que queriam discutir! Porque vocês não fizeram isso antes? Se queria discutir de forma técnica e jurídica, porque você não trouxe o parecer da SEDAM e fundamentou o que vocês apontaram? Porque você não defendeu a posição técnica do órgão? Porque você não trouxe uma apresentação para expor? Porque você veio aqui simplesmente defender o Governador. Porque esse Governo do Estado nunca esteve do lado dos atingidos por barragens, o Governo do Estado sempre tratou as famílias atingidas que nem criminosos, sempre tratou os trabalhadores como bandidos. A última vez que a gente conversou com o Governador, depois de 2011, foi em 2014, durante a cheia, porque a gente fechou a BR e ele ficou preso quando ele vinha de Ariquemes para a Capital e no dia seguinte a gente colocou barraca de lona na frente do Palácio até que ele recebesse a gente. E sabe por quanto tempo ele conversou com a gente dentro da SESDEC, cheio de agente da P2, tratando a gente igual ladrão? Por 15 minutos. Esse é o tratamento do Governo do Estado com o passivo social e ambiental, causado por Jirau e Santo Antônio, esse é o tratamento. Tratamento do Governo do Estado, ele foi muito claro em 2013, quando iniciou as denúncias sobre o lençol freático; isso não é coisa de agora não, isso começou em 2013; quando a população de Jaci-Paraná foi para a BR e teve que sair de baixo de tiro de bala de borracha, esse é o tratamento do Governo do Estado. E desde aquela vez que a população foi reprimida em Jaci-Paraná, tem-se exigido, desde 2013, uma audiência com a Santo Antônio Energia, em Jaci-Paraná, 2013, 2014, 2015, agora em 2016, que eles querem aumentar o lago para encher mais o bolso de dinheiro eles querem fazer Audiência em Jaci-Paraná, mas é para resolver os problemas que ficaram para traz? Não, é para resolver o interesse de vocês, a ambição dos acionistas, porque quem manda nas empresas são os acionistas, vocês que estão aqui, vocês não mandam em nada. E por isso eu acho que é até uma perda de tempo, a resposta da pauta do senhor Guilherme Abade, porque o Senhor Guilherme Abade foi quem recebeu a pauta de Jaci-Paraná em 2013, e ele não foi lá para Jaci-Paraná fazer a Audiência, eles só fazem reuniões fechadas porque eles têm medo da comunidade, eles têm medo da verdade. Porque, se eles não tivessem medo, eles já teriam ido lá fazer Audiência Pública para discutir os passivos sociais que não foram resolvidos e que não é problema da CAERD. A população de Jaci-Paraná bebia água do lençol freático, de poços, os poços não eram contaminados antes. Ah tem CAERD descontaminou, tudo bem? Nada disso, é recurso natural, é bem do povo. Se vocês de alguma forma criaram uma interferência no meio ambiente, não está tudo bem, vocês têm que responder por isso, e isso está em um dos programas do plano básico ambiental e está na licença de operação reafirmado como condicionante, que é o programa de monitoramento do lençol freático e você não respondeu, mas não tem problema. Das poucas coisas que você comentou para mim nada foi respondido. Você falou que vocês estão adaptando o monitoramento do lençol freático,

agora, não é? Em 2014 a vistoria do IBAMA lá em Jaci-Paraná dizia o seguinte: depois de várias visitas, coleta de relatórios do próprio laboratório de Rondônia, do LACEN, que verificava a contaminação de água, ele disse: "de maneira geral as condições encontradas nas vistorias, são semelhantes aos relatos apresentados nas reuniões das comunidades, sendo o principal problema observado, a condição da água que está sendo consumida pelos moradores, uma vez que apresenta a olho nu, alto grau de turbidez e uma consistência espumosa, além de exalar mau cheiro. Recomenda-se que se faça a comunicação com os órgãos competentes para análise da água e que seja divulgado o resultado das análises, para os moradores que não receberam". 2016, os mesmos problemas são reafirmados, e nada foi feito em relação a isto desde o tempo deste outro relatório aqui. O que é que está dizendo aqui, pelo próprio IBAMA? "De maneira geral foi possível observar que as condições sanitárias do Distrito, são aviltantes a dignidade humana, uma vez que de maneira geral a população está consumindo água imprópria para consumo humano, inclusive com laudos do LACEN, apontando contaminação por coliformes fecais, conforme apontado em outras localidades, já relatados pelo núcleo de licenciamento ambiental do IBAMA, parara, parara, parara". Inclusive, no final o IBAMA diz o seguinte: "recomenda-se que a Santo Antônio apresente quantitativo de moradores que ainda não tiveram sua situação de remanejamento solucionada", o que demonstra o descumprimento do programa de remanejamento, porque aqui ele está falando de pessoas dos remanejamentos anteriores aos que foram colocados aqui. E, portanto, todos os aspectos observados na vistoria, objeto deste relatório, é uma temeridade autorizar a elevação proposta pelo PBCA da Santo Antônio, sem antes resolver o passivo existente, pois caso seja licenciada, tal obra poderá agravar ainda mais, a complexa situação já vivenciada pelos moradores de Jaci-Paraná. Infelizmente esse relatório ele veio depois das Audiências Públicas. Por muita pressão do MAB, essa vistoria foi realizada e esse relatório foi entregue, porque além de fazer a vistoria, a gente tem que pedir para entregar o relatório, porque no site do IBAMA, onde deveriam estar todos os relatórios, eles não estão disponíveis. O IBAMA é obrigado a disponibilizar, mas ele não disponibiliza esses relatórios, a gente tem que pedir às vezes lá para a Diretoria de Licenciamento Ambiental em Brasília, porque o técnico do Núcleo de Licenciamento Ambiental aqui de Rondônia que fez o relatório, ele não acesso. A comunicação da empresa é direta com Brasília. Muitas vezes os técnicos que fazem este relatório aqui, eles não são respaldados, mas a Santo Antônio ela tem conhecimento desses relatórios e por que desde 2013 não foi feito o ajustamento do programa de monitoramento do lençol freático? Por que ele está sendo feito só agora? E por que eles só estão ajustando o monitoramento? Por que vocês não estão dando água de qualidade para essas famílias beberem? Agora vocês estão ajustando... A resposta é muito clara, porque vocês querem aumentar o lago, custe o que custar. Vocês não querem resolver os problemas. Se vocês realmente têm um PBCA bem elaborado e vocês têm a estimativa de famílias que seriam atingidas com o aumento do lago, por exemplo, no caso da linha do IBAMA, do ramal Santa Inês, lá em Jaci-Paraná, onde já foi solicitado várias vezes o cadastro da população atingida, por



que esta lista não foi apresentada, se vocês têm um levantamento maior do que esta área do espaço que está contido na área do PBCA? Ou vocês estão esperando para apresentar isso de última hora, quando a comunidade não tiver condições de negociar? Porque as pessoas lá estão morrendo com a unha, as pessoas estão indo embora de lá porque não conseguem mais pagar suas contas, porque elas não podem pescar, porque elas têm que comprar água mineral para sobreviver. Por que o Ivan, que vai lá à comunidade, hoje ele não vem aqui para falar na frente do Ministério Público o que ele fala para as famílias lá? Quando ele vai e ameaça as famílias dizendo que elas têm que sair por bem ou por mal, por vinte – trinta mil reais? Quando ele diz que o inquilino não tem direito a remanejamento quando o próprio Plano Básico Ambiental diz que tem direito ao remanejamento, isso é uma violação clara do programa de comunicação social, isso por si só já ensejaria a suspensão da licença de operação, mas, infelizmente, Deputado Jesuíno, não tem como encaminhar isso com as pessoas que estão aqui, e aí eu queria recomendar para esta Casa que se agendasse uma reunião de fato com quem pode tratar esses assuntos que é o diretor da empresa, é o Melo, ele pode vim aqui e responder por esses assuntos, ele pode responder e dizer se a Santo Antônio vai ou não arcar com os custos do que eles já deveriam ter arcado, porque o Guilherme infelizmente ele não pode fazer isso. E gostaria que essa reunião fosse para responder essa pauta e que a Santo Antônio tivesse a coragem de negociar junto com a Comissão dos Atingidos por Barragens e não que a Santo Antônio escolhesse catando a dedo quem ela quer fazer a reunião. Porque todo esse povo aqui é ser humano e tem direito de participar da negociação do jeito que eles querem e não só do jeito que vocês querem. E também queria recomendar que fosse feito um comunicado cobrando da Agência Nacional de Energia Elétrica que ela tivesse mais temor com relação ao projeto porque ela não recebeu o Plano de Segurança de Barragens, mas ela já autoriza a instalação das turbinas, autoriza o funcionamento das turbinas, tudo bem que o prazo determinado para a empresa ainda não escoou e ela ainda pode apresentar o Plano de Segurança de Barragens, mas isso não justifica que o PBCA tenha que ser aprovado antes de ter um Plano de Segurança de Barragens. A gente não pode ser louco em aprovar autorização de mais 06 turbinas sendo que a 44ª que é do projeto original faz pouco tempo que ela entrou em operação, é preciso ter um período de monitoramento da estabilização do reservatório. Quem conhece hidrelétrica sabe que a Santo Antônio usa de vários e vários artifícios para iludir a população, desde o início quando eles falaram que essa hidrelétrica era fio d'água, que seria uma hidrelétrica diferente, existem várias hidrelétricas fio d'água no Brasil, desde o período militar se constrói hidrelétricas fio d'água, só que nenhuma hidrelétrica é 100% fio d'água, a política nacional de energia diz o seguinte: 'a construção da hidrelétrica deve ser construída a partir da bacia hidrográfica', o que isso significa? Você constrói um projeto de engenharia a partir daquele local e você combina técnicas de fio d'água com técnicas de queda d'água, não existe 100% uma, não existe preto e branco, é uma combinação de fatores. A gente estuda também, a gente sabe que o que vocês falam é mentira, o problema é que as conversas com vocês parecem uma esquizofrenia porque a gente fala, fala, fala por anos as mes-

mas coisas e vocês nunca respondem nada, porque as pessoas que estão aqui não são as pessoas que deveriam responder. O IBAMA tem a obrigação de monitorar o estágio atual da hidrelétrica por muito mais tempo porque uma série de impactos que não foram previstos no estudo ocorreram, o que garante que não haverá impactos dramáticos com o aumento dessas 06 turbinas? Sendo que quando as duas primeiras entraram em operação, tiburum, caíram 140 casas no Triângulo e a Justiça determinou que se indenizasse essas famílias, se a Santo Antônio teve que indenizar as famílias à jusante é porque sim a Santo Antônio é culpada e aí o IBAMA não tem que dizer nem que sim, nem que não, isso foi uma decisão da Justiça, então tem impacto à jusante sim. Bom, espero realmente que vocês não tenham acreditado que é preciso aumentar o lago para construir mais uma linha de energia para o Acre e para Rondônia, porque vocês não constroem a linha e depois aumenta o lago? Muito obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Com a palavra o representante da OAB.

**O SR. ANDERSON BAUERS** – Boa noite a todos. Em nome da mesa cumprimento o Deputado Jesuíno, proponente desta reunião, demais convidados, sociedade civil em nome do representante do MAB João Marcos. A OAB neste momento se coloca à disposição como sempre se colocou da Assembleia, do Estado, demais órgãos como um ente colaborador para que contribua para a solução da problemática que se levanta neste momento, então sempre que for convidado nós estaremos à disposição para que venha contribuir, venha somar para um resultado prático, seja no momento de revisar o que já houve como seja na intenção de formular novas propostas para que se chegue à solução. Então estamos à disposição e sempre que formos convidados estaremos à disposição de vocês. Uma boa noite.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Depois a tua explanação até me deu vontade de te contratar, porque tu conheces em menino? Até acho que Santo Antônio vai analisar o contrato contigo, que convenceu, modéstia à parte, eu fico assim... Eu acho interessante que as pessoas, quando vão para uma discussão, vão para uma discussão técnica, com conhecimento. E o que ele falou, mesmo que seja uma série de questões contrárias, mas convence, mas convence de uma forma muito técnica, eu achei... Parabéns aí pelo seu discurso. Eu vi que, tem um advogado da Santo Antônio? Eu queria, ele falou uma fala, foram duas turbinas que foram abertas, foi isso que você falou? E 152 pessoas foram atingidas, 140 imóveis, é você que é o Guilherme? Não, você é o Clayton, é o Advogado da Santo Antônio. Eu queria que o senhor fizesse o uso da fala para esclarecer esse ponto. Vamos deixar ele falar que eu queria ouvir, que é interessante essa fala, eu me interessei, que tem na pauta.

**O SR. CLAYTON KUSSLER** – Ok. Boa noite a todos aí, já boa noite, depois das 18h, não é Deputado? Saudar então a Mesa em nome do Deputado. Vamos esclarecer especificamente essa questão do Triângulo. O que ocorreu em 2012 no Triângulo, foi um evento isolado, que não tem a ver com o início de

operação da obra, mas eu não vou me atentar a essa questão com relação às turbinas. O que a Santo Antônio fez em 2012, foi um acordo, não só com a MP, mas um acordo onde participaram todos os entes públicos tais como: Defesa Civil Estadual e Municipal, IBAMA, e na época foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta, onde foram removidas 118 famílias. Esse termo de ajustamento de conduta não foi por uma decisão judicial, evidentemente, foi um Termo de Ajustamento de Conduta extrajudicial, e a Santo Antônio cumpriu ele integralmente. Eu tenho aqui, inclusive em mãos, a promoção do arquivamento do Ministério Público, assinado aqui pela Procuradora de Justiça, Dr. Vera Lúcia, em que o Conselho Superior do MP arquivou o TAC dizendo o seguinte: "todos os compromissos que foram firmados naquele momento, foram cumpridos pela Santo Antônio", eu tenho isso aqui em mãos.

**SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Calma, ele está falando de uma situação aqui que não é com vocês. Deixa eu só ouvir.

**O SR. CLAYTON KUSSLER** – Podem gostar ou não, isso aqui está na minha mão, ok?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Ele está falando do Triângulo, gente, está falando do Triângulo.

**O SR. CLAYTON KUSSLER** – Então, a raiz da questão lá foi que haviam, e aí o meu amigo Élcio pode, se quiser, se aprofundar, mas houve uma questão relacionada ao vertedouro, não tem a ver com operação, não tem a ver com turbina, ok? E todos os fatos que ali ocorreram, e aqueles danos que ocorreram, e de fato ocorreram, e a Santo Antônio nunca negou isso, foram totalmente mitigados e todo TAC foi cumprido. Não há nenhuma obrigação no bairro Triângulo decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta em aberto, tanto é que o Ministério Público reconheceu o cumprimento integral, e são 118 famílias, são 118 residências. Além da questão da indenização, e que foram todas indenizadas, foi feito um enrocamento, que é uma proteção na margem do rio que vai, se eu não me engano, a 6 km a partir da Usina, pegando toda aquela área do bairro Triângulo. Então, o TAC foi integralmente cumprido e não há nenhuma, nenhuma obrigação remanescente. Então é bom que a gente vá trazendo as coisas para o lugar delas, não é isso? Eu estou aqui, se depois o senhor quiser ter acesso, eu tenho aqui o Termo de Arquivamento do TAC, feito pelo Conselho Superior do MP, dando como cumprida a obrigação, esse Termo é de 20 de agosto de 2015, está bom?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Correto. O senhor é engenheiro? O senhor é engenheiro de Santo Antônio? Então o senhor, eu falei naquela hora se tinha alguém habilitado, tem de Santo Antônio para falar. Dependendo da sua fala, que a gente está avançando o horário e o representante do MAB já manifestou uma coisa bem sensata. O Guilherme tem limitações. Já, e aí eu quero entrar, igual eu fui agora fazer o acordo, acordo não, em nome do Estado de Rondônia, eu fui lá ao bairro Belmont, que há anos o Governo do Estado de Rondônia vem prometendo o asfaltamento de 900 metros. E eu cheguei lá, fiz a conversação eu falei: 'olha, em nome, eu sou um re-

presentante, sou Deputado Estadual, eu quero saber, liguei para o Ezequiel, se vai ter o asfaltamento', porque o povo tinha fechado a via. Foi feito compromisso, ontem me reuni, e dia 21, já agora, quarta-feira entrar com o maquinário para sanar esse problema. Eu sou muito enfático, e por que eu digo isso Guilherme? A gente está numa discussão e essa discussão tem que ter pessoas, aqui tem que ter prefeito, representante do prefeito que possa ter autonomia para fazer acordo; aqui tem que ter o representante do Governo, eu não estou tirando o mérito aqui do nosso representante aqui da SEDAM, mas ele não tem poder para acordar; aqui tem que ter um Procurador do Estado de Rondônia; aqui tem que ter um representante de Santo Antônio, no caso lá, o que pode, o Ivan. Quem é que pode falar? É o Dimas. O Dimas, então, ele tem o poder para falar sobre isso aqui, e nós e mais pessoas habilitadas para discutir esse tema. Então, esse prazo que, podem ficar tranquilos, aqui a comunidade pode ficar tranquila. Aqui o projeto não vai avançar enquanto não tiver essas reuniões, enquanto não chegar essas conversações. Eu vou pedir para o advogado de Santo Antônio me, se for necessário, uma cópia desse documento, porque todos os documentos eu estou juntando no processo. Eu tenho um processo e esse processo é do meu gabinete, é meu, que eu tenho o zelo de juntar as documentações que estão sendo recebidas, tanto pelos órgãos federais, estaduais e demais órgãos, entidades, associações ou entidades para tratar desse assunto. Então, para a gente avançar, a gente já fica com uma data previamente marcada, eu não vou chamar audiência de Audiência Pública porque a Assembleia, para aprovar uma Audiência Pública tem que passar pela plenária, tem que fazer uma série de questões e aí eu sou proponente de uma alteração no Regimento que criou a Audiência de Instrução Legislativa, a qual o Deputado, qualquer parlamentar, Deputado, pode chamar audiência e essa audiência é mais célere e essa audiência não há necessidade de passar pelo crivo da plenária. E nós iremos chamar todas as pessoas para discutir, lógico, dando a devida publicidade a todos os pares, a vocês. Então eu quero sair daqui hoje, previamente marcada já uma reunião. Por isso eu peço, eu vou, alguém mais quer falar, parece que o cidadão quer falar, enquanto ele vai falar eu quero que a assessoria me traga aqui um calendário para a gente previamente marcar essa reunião, sair daqui já marcada. O senhor pode falar daí ou daqui da tribuna. Eu peço à assessoria que leve o microfone para ficar registrado o nome.

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** – Guilherme, eu queria só fazer uma pergunta, se você só sabe de teoria ou de alguma coisa passada para você em prática. Porque quando você falou que lá dentro do Joana D'Arc está fazendo a telagem da casa, você tinha que explicar. Começou fazendo de forma correta e do meio para o fim está achando que as casas lá são iguais a COHAB, é do mesmo tamanho, do mesmo jeito. Porque o que eu estou sabendo lá, que eu sou morador de lá, caso você nunca tenha ido lá, eu sou de lá. Lá começou fazendo bem feito e hoje estipularam uma quantidade de metro quadrado de tela para cada casa. Coisa que eu acho que é uma pouca... É um desrespeito, perto de tudo que nós estamos passando, nós já vamos ser obrigados a ficar dentro de casa e ainda estão obrigando a gente a ficar na área da casa que

vocês querem. Não nós que vamos escolher a área da nossa casa que a gente quer, tipo, vocês estão, no caso, vocês estão achando que estão fazendo caridade para nós e além do mais ainda estão obrigando a gente a ficar no lugar que vocês determinaram na nossa casa, não a gente. Então, eu queria que você soubesse disso, do que está se passando, porque, às vezes, para você passa uma coisa bonita, para você continuar, de certa forma, às vezes você nem tem ideia, mas para nós que somos moradores, você está enganando nós. Você nem tem ideia, mas está. Então, lá eles estipularam uma quantidade de tela para cada casa. Então o que é que a gente ainda sente? Nós já sofremos, moral da história, a gente ainda sente que a Santo Antônio está mandando na casa da gente. Então é tipo assim, eles estão pondo tela e colocando como a gente tem que ficar no lugar que ele determinou. Não somos nós que vamos mandar mais na nossa casa. Isso é uma coisa que eu falo para o senhor já começar a corrigir lá dentro da Santo Antônio para não dar mais problema. E outra coisa, eu queria só saber se a Santo Antônio tem um estudo do que ela está acabando com os lagos, o que está para cima do rio Madeira. Porque cada ano que passa, mais está tendo areia lá, mais raso ele está ficando. A gente, cada ano que passa, quando você desce no córrego para chegar ao rio Madeira para pescar, cada ano tem banco de areia em lugares distintos. Eu queria só saber se vocês estão fazendo algum estudo nisso, porque pelo que a gente observa lá dentro, anos após anos, eu estou vendo a hora que aqueles lagos que estão desaguando no Madeira, todos eles só vão correr água no subsolo, porque vai virar tudo areia. Eu queria saber se vocês têm estudo disso, porque a gente anda lá, vai pescar, eu nunca vi Santo Antônio lá com uma canoa, eu nunca vi. Os amigos meus pescadores nunca viram Santo Antônio, nunca viram IBAMA, nunca viram SEDAM, nunca viram ninguém para corrigir e a gente, o que é que a gente observa? Ano após anos é só banco de areia nos lagos lá em cima. Se chegar no lago do Ceará está virando, ele já está ficando raso de areia, que o Madeira, porque a água do Madeira é muito arenosa, quando ela entra, ela volta a água limpa, mas a terra fica aonde ela foi parando. E ano após ano a gente está notando. Esse ano mesmo, começou a baixar em outro lugar que eu era acostumado a passar com o motor, quando deu fé eu tive que levantar, aí eu falei, '- mas rapaz, daqui a uns dias eu só vou sair com rabeta, porque o motor de popa já não funciona'. Aí eu só queria saber se vocês têm algum estudo disso. Obrigado.

**O SR. GUILHERME ABAD** – A gente, quanto a questão da telagem eu vou averiguar. Isso, até lá a gente está... Bom, enfim, eu vou averiguar.

A questão, essa questão da areia, da decantação de areia no reservatório a gente avalia dentro do Programa de Hidrossedimentologia e isso é avaliado a montante, a jusante do reservatório tem uma série de seções, mas se essas seções englobam esses lagos que o senhor está citando eu não sei exatamente, isso teria que averiguar. Mas a ideia disso é olhar se existe uma tendência geral no reservatório de ter deposição de areia ou não. E é óbvio, isso foi modelado, inclusive, para ver o que iria acontecer ao longo dos anos, existe uma tendência sim de acontecer isso, mas, ao longo dos anos, ao longo dos anos. Agora, especificamente para esses lagos a gente

não tem nada específico para isso. Agora para avaliar isso ao longo do reservatório a gente tem o Programa de Hidrossedimentologia.

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** - Três lagos que eu conheço todos eles estão acontecendo, ano após ano piorando, os três que eu conheço.

**O SR. GUILHERME ABAD** – São lagos que tem, que ficam com contato com reservatório algum período do ano.

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** – Essa água está o ano inteiro, essa água é do Madeira, o ano inteiro.

**O SR. GUILHERME ABAD** – Está. Mas o Madeira invade eles em algum período. Especificamente dos lagos a gente não tem nada. A gente tem o Programa de Hidrossedimentologia que avalia o reservatório como uma tendência geral.

Isso é na região do Ceará, é isso que o senhor está falando?

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** – Ceará...

**O SR. GUILHERME ABAD** – Tudo na margem esquerda, não é?

**O SR. SALMERON NOGUEIRA** – Tudo na margem esquerda do Joana D'Arc.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Vamos logo decidir essa situação então. Enquanto isso eu vou dá um prazo aqui, só está conformando o dia se está com alguma agenda para essa data para a Plenária, dia 06 de outubro, até porque passa as eleições e tem um prazo para a gente...

Está liberado? Está liberado para o dia 06 de outubro, marcar Audiência de Instrução Legislativa. Todo mundo já está convidado com todos os... Aí eu vou pedir para Santo Antônio; Guilherme, por gentileza, informar o gestor para que possa vir com autonomia e eu vou convidar novamente todas as pessoas para a gente discutir. Lembrar a comunidade que tem um coquetel ao lado, assim que finalizar a Audiência.

Então, é isso que eu queria falar, no dia 06 de outubro, às 15h00, nós iremos debater novamente com pessoas que tem o poder de mando para a gente sair com acordo e quem sabe sair com uma proposta já de encaminhamento para sanar essas problemáticas aí de aumento ou não dessas cotas.

Então é isso que a gente queria falar, finalizar, agradecer Guilherme, por você ter vindo aqui, enfrentar realmente essa questão de frente, agradecer a todos os presentes, a todas as pessoas que se encontravam no Plenário. E dizer que nós estamos aí, enquanto o processo não for devidamente completo, no caso, ter as devidas informações juntadas, bem como essas discussões não avancem e tiver uma informação de forma correta, de forma efetiva, esse Projeto não vai ser colocado na Ordem do Dia. Eu faço o compromisso com vocês, levarei também esta Ata para a Comissão de Constituição e Justiça e informarei também o Expediente ao Relator, informando sobre essas discussões, que o Relator suspenda o



seu voto até que haja essa reunião no dia 06 de outubro às 15h00. Aí sim, eu vou pedir para participar da discussão.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Deputado Jesuíno, só para ajudar a todos vocês, desses eventos quando precisa mobilizar para trazer gente, principalmente, de Jaci e da região lá para aqui a Assembleia, entrem em contato conosco, a gente passou o telefone do Deputado Jesuíno e o meu para a gente ajudar, nós não vamos bancar tudo não, mas vamos dar a nossa contribuição na mobilização.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Obrigado a todos e boa noite a todos.

Vou convidar, já está convidado aqui: Santo Antônio, Prefeitura, Estado de Rondônia, Procuradoria do Estado, Ministério Público Estadual, podem anotar aí, depois se quiser pegar, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, IBAMA, ANEEL, a gente vai fazer o convite, mas eles nunca vêm, mas quem tem o poder de mando mesmo é o Município, o Estado, e no caso Santo Antônio e os representantes legítimos de vocês, que é o MAB, bem como...

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Deputado Jesuíno?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Pode falar Deputado.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Para que dia é?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – 06 de outubro.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – É o que 06 de outubro?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Essa Audiência de Instrução Normativa...

**O SR. HERMÍNIO COELHO** - Não. Mas que dia é? É uma terça, uma quinta?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vai ser numa quinta-feira.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – O ideal aqui era nós fazermos a Sessão, essa Sessão tinha que ser numa terça-feira, porque todos os Deputados estão aqui e era importante que eles estivessem aqui para eles dizerem em que lado eles estão.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Mas não avança, aí fica aquele querendo falar e fica um discurso político, a gente tem que avançar até para não...

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Eu sei, mas se tivesse mais participação, porque na quinta-feira a maioria dos Deputados é do interior, na quinta-feira eles vão sempre dizer: “não, não venho, a gente não vem participar porque somos do interior”. E marcando na terça-feira não tem desculpa, é interessante cada Deputado...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Mas tem Sessão, Deputado a gente ....

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – A tarde, mais podia ser de manhã.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Tem as comissões.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – É, mais na quarta era o melhor, se nós fizéssemos dia 05, na quarta, à tarde era melhor.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Quarta-feira tem Audiência. Então, vamos fazer o seguinte, quarta-feira o nosso prazo, a gente volta ao normal, mudou o Regimento, ficou de 13 horas, não é isso? O Regimento, ficou, o Regimento nosso ficou das 13 horas, aí a tarde discute. Ficou das 13. Então, a gente marca para 15 horas. Dia 05 então, às 15 horas...

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Da quarta-feira.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Na quarta-feira, dia 05 de outubro, na quarta-feira, às 15:00 horas aqui no plenário, quarta-feira. Está bom? Às 15:00 horas. Só confirma lá com o Manweiler se é as 13:00 horas. Muda para o povo lá que é dia 05, por favor. Quarta-feira, às 15:00 horas que a gente tem um prazo razoável e inicia. Tem Sessão, mesmo que tenha Sessão, a gente pode discutir, finalizando, o povo aguarda que não vai ficar 04 horas, que terça-feira que são as discussões principais aqui no plenário. Boa noite a todos. Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h49min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1261/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

#### EXONERAR

**Os Servidores relacionados**, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 15 de setembro de 2016.

Nome	Código
ANDRE LUIZ OTTO BARBOZA	AT-30
PEDRO HENRIQUE MACIEL E RODRIGUES	AST-09

Porto Velho, 16 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1252/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**ALTERAR**

O Cargo em Comissão da servidora **AUZIVANIA VIEIRA DA SILVA**, matrícula 200161651, para Assessor Técnico, e relatar no Departamento de Logística, a contar de 1º de setembro de 2016.

Porto Velho, 06 de setembro de 2016

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1248/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**Os Servidores relacionados**, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 1º de setembro de 2016.

Nome	Código
EMANUEL VICENTE SCHWANTES ALVES	ASP-09
ANDRE GUEDES DA SILVA FILHO	ASP-09

Porto Velho, 06 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº12452016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**EZEQUIAS LUIZ MIRANDA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, do Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 31 de agosto de 2016.

Porto Velho, 31 de agosto de 2016

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1242/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**GABRIELA NOGUEIRA VIEIRA MENDONÇA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9,

do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 31 de agosto de 2016.

Porto Velho, 31 de agosto de 2016

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1262/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**Os Servidores relacionados**, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 15 de setembro de 2016.

Nome	Código
HUEURE LIANGRETE LIMA DE MELO	ASP-09
ELTON OLIVEIRA DE SOUZA	ASP-13
RAPHAEL LUIZ WILL BEZERRA	AP-26

Porto Velho, 16 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1259/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**JACKELINE COELHO DA ROCHA ARAUJO**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2016.

Porto Velho, 15 de setembro de 2016

Maurão de Carvalho  
Presidente

Arildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1250/2016-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**Os Servidores relacionados**, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de setembro de 2016.

Nome	Código
JEDAIAS RIBEIRO BRITO	AT-23

KAUANA RANDO DE ALMEIDA

AST-23

ATO Nº1243/2016-SRH/P/ALE

Porto Velho, 06 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1246/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**A L T E R A R**

A lotação do servidor **JOAO HENRIQUE NUNES MOURA**, matrícula 200161502, que exerce Cargo em Comissão de Assistente Técnico para a Escola do Legislativo, a contar de 1º de setembro de 2016.

Porto Velho, 01 de setembro de 2016

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1260/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**E X O N E R A R**

**JOAO LIMA GONÇALVES**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, do Departamento de Arquitetura, a partir de 21 de setembro de 2016.

Porto Velho, 15 de setembro de 2016

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1249/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**E X O N E R A R**

Os **Servidores relacionados**, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da Deputada Lucia Tereza, a contar de 1º de setembro de 2016.

Nome	Código
KARINE LUCIANO FERRARI GUIMARAES	ASP-09
GILTON MUNIZ SIMOES	ASP-09

Porto Velho, 06 de setembro de 2016.

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**E X O N E R A R**

**KEILA MICHELE CARRARA DOS SANTOS**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a partir de 30 de agosto de 2016.

Porto Velho, 31 de agosto de 2016

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1251/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**E X O N E R A R**

**RONI SANTANA DA SILVA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, do Gabinete do Deputado Só na Bença, a partir de 1º de setembro de 2016.

Porto Velho, 06 de setembro de 2016

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1241/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**E X O N E R A R**

**SCARLETT TAYNARA ROCHA DA VITORIA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 31 de agosto de 2016.

Porto Velho, 31 de agosto de 2016

Maurão de Carvalho  
PresidenteArildo Lopes da Silva  
Secretário Geral

ATO Nº1258/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:



**EXONERAR**

**VIVIANE DE OLIVEIRA BITENCOURT DALBERTO**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, do Gabinete do Deputado Airton Gurgacz, a contar de 1º de setembro de 2016.

Porto Velho, 15 de setembro de 2016

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 1233/2016-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**EXONERAR**

**ZINEIDE KLIPPEL**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 30 de agosto de 2016.

Porto Velho, 23 de agosto de 2016

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 325/2016-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/09/2016, ao servidor relacionado, que se deslocará a cidade de São Paulo - SP, para discutir sobre a proposta apresentada por esta Casa de Leis sobre débitos oriundos de consignação em folha/convenção da ALE/RO, com o Banco Cruzeiro do Sul e realizar visita a Assembleia Legislativa de São Paulo, para verificar o sistema de monitoramento e segurança, conforme Processo nº. 0013645/2016-89.

**Matricula:** 200160376  
**Nome:** Arildo Lopes da Silva  
**Cargo:** Secretário Geral  
**Lotação:** Gab. da Secr. Geral

Porto Velho - RO, 22 de Setembro de 2016.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Maria Marilu do Rosário de B. Silveira**  
Secretário Geral Adjunto

**ATO Nº 326/2016-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/09/2016, ao servidor relacionado, que se deslocará a cidade de São Paulo - SP, para participar de reunião visando tratar sobre possível renegociação da dívida do Banco Cruzeiro do Sul, conforme Processo nº. 0013645/2016-89.

**Matricula:** 200162752  
**Nome:** Celso Ceccatto  
**Cargo:** Advogado Geral  
**Lotação:** Advocacia Geral

Porto Velho - RO, 22 de Setembro de 2016.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Maria Marilu do Rosário de B. Silveira**  
Secretário Geral Adjunto

**ATO Nº 327/2016-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/09/2016, ao servidor relacionado, que irá acompanhar o Senhor Secretário Geral/ALE-RO, que estará realizando visita a Assembleia Legislativa de São Paulo - SP, para verificar o sistema de monitoramento e segurança, a fim de subsidiar a elaboração de Termo de Referência para aquisição do sistema de Monitoramento e Segurança para a nova Sede da ALE/RO, conforme Processo nº. 0013645/2016-89.

**Matricula:** 200160523  
**Nome:** Rodrigo Assis Silva  
**Cargo:** Sec. Especial  
**Lotação:** Sec. Esp. Engenharia e Arquitetura

Porto Velho - RO, 22 de Setembro de 2016.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Maria Marilu do Rosário de B. Silveira**  
Secretário Geral Adjunto